



PLANO ESTADUAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE MINAS GERAIS | PESB-MG

PRODUTO 5 – CONFERÊNCIA ESTADUAL
UNINDO MINAS PELO SANEAMENTO

VOLUME 57

ABRIL | 2022



cobrape

 **MINAS
GERAIS**

GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.


01	01/06/2022	Versão Final	COB	RVAD	RVAD	RDA
00	26/04/2022	Minuta de Entrega	COB	RVAD	RVAD	RDA
Revisão	Data	Descrição Breve	Por	Verif.	Aprov.	Autoriz.

Título do contrato						
PRODUTO 5 –CONFERÊNCIA ESTADUAL UNINDO MINAS PELO SANEAMENTO (VOL. 57)						

Elaborado por: Equipe técnica da COBRAPE	Supervisionado e Aprovado por: Raissa Vitareli Assunção Dias
---	---

Autorizado por: Rafael Decina Arantes	Revisão	Finalidade	Data
	01	1	Junho/2022

Legenda Finalidade: [1] Para Informação[2] Para Comentário [3] Para Aprovação

	COBRAPE – UNIDADE BELO HORIZONTE Avenida do Contorno - 7º andar CEP 30110-044 Tel (31) 3546-1950 www.cobrape.com.br
---	--

Elaboração e Execução

COBRAPE – Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos

Responsável pelo Contrato

Alceu Guérios Bittencourt

Direção de Projeto

Carlos Eduardo Cury Gallego

Coordenação Geral

Rafael Decina Arantes

Coordenação Executiva

Raissa Vitareli Assunção Dias

Equipe Técnica

Alexandre Flávio Assunção

Aline Oliveira Lima

André Lopes Gomes

Ayana Lemos Emrich

Christian Taschelmayer

Clarissa de Castro Lima Tribst

Emille Andrade

Francisco José Lobato da Costa

Isabela Piccolo Maciel

Jane Cristina Caparica Ferreira

João Batista Peixoto

José Maria Almeida Martins Dias

Leandro Staut

Lívia Cristina da Silva Lobato

Luciana Mariano Sarmento

Luis Eduardo Gregolin Grisotto

Luiza Nunes Rocha

Márcia Ikezaki

Nathália Roland de Souza Ribeiro

Rafael Fernando Tozzi

Ricardo Tierno

Rodolpho Humberto Ramina

Rodrigo de Arruda Camargo

Rodrigo Pinheiro Pacheco

Rosana Piccirilli de Araújo

Sabrina Kelly Araújo Pissinati

Suzana Lodi Wollscheid

Suzana Regina Jardim Neves Jorge

Thiago Henrique Santos Abreu Morandi

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Marília Carvalho de Melo (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Rodrigo Gonçalves Franco (Subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento - SUGES)

Lília Aparecida de Castro (Superintendente de Saneamento Básico - SUSAB)

Juliana Oliveira de Miranda Pacheco (Diretora de Resíduos Sólidos Urbanos e Drenagem de Águas Pluviais - DIRAP)

Kleyner Jardim Lopes (Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – DAAES)

Andreia Mendes da Silva (Gestora Ambiental)

Rosa Carolina Amaral (Analista Ambiental)

Vinícius Eduardo de Correia Carvalho (Analista Ambiental)

Tânia Cristina de Souza (Analista Ambiental)

Djeanne Campos Leão (Analista Ambiental)

Wilson Pereira Barbosa Filho (Analista Ambiental)

GRUPO DE TRABALHO INTERGOVERNAMENTAL (GTI) – DECRETO Nº 46.775/ 2015

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Juliana Oliveira de Miranda Pacheco

Kleyner Jardim Lopes

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

Lucas José Oliveira

Gabriela Carvalho Guimarães Carneiro

Fundação João Pinheiro (FJP)

Cláudio Jorge Cançado

Frederico Poley

Plínio de Campos Souza

Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)

Claudio César Dotti

Elisângela Martins de Oliveira

Michelle Gomes de Resende

Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)

Gustavo Luiz Godoi de Faria Fernandes

Ronan Andrade Nogueira

Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)

Alice Libânia Santana Dias

Omar José Vale do Amaral

Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG)

Fernando Silva de Paula

Misael Dieimes de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O **Produto 5, Volume 57: Conferência Estadual Unindo Minas Pelo Saneamento** do Plano Estadual de Saneamento Básico de Minas Gerais (PESB-MG) apresenta o relatório técnico com informações a respeito da Conferência Estadual Unindo Minas pelo Saneamento, realizada no dia 11 de abril de 2022.

De forma específica, o presente documento visa apresentar uma síntese da realização do evento e da votação da priorização de critérios e hierarquização de frentes de atuação em cada Território do Saneamento (TS), realizadas pelos Delegados do PESB-MG, eleitos na etapa das Pré-Conferências Regionais. Desse modo, este produto objetiva consolidar os principais temas discutidos no evento, bem como o resultado da votação por TS, de modo que possam ser consubstanciados no **Produto 6: Proposta Preliminar do PESB-MG**.

Assim, o presente documento foi estruturado em 4 (quatro) partes. O Capítulo 1 apresenta a introdução e o Capítulo 2 retoma a área de abrangência e a territorialização adotada, já apresentadas em relatórios anteriores (Produtos 2 e 4) do PESB-MG. O Capítulo 3 apresenta a contextualização do PESB-MG e o Capítulo 4 aborda a síntese da realização da Conferência Estadual, incluindo o resultado da votação realizada pelos Delegados do PESB-MG.

Este produto consiste, portanto, no resultado da participação da sociedade mineira no que diz respeito às contribuições levantadas nos trabalhos em grupos realizados durante a Conferência Estadual e por meio da participação ativa de representantes de órgãos e agências reguladoras, poder público, prestadores de serviços e sociedade civil organizada, representados pelos 73 (setenta e três) Delegados do PESB-MG, no estabelecimento de prioridades para cada TS, ressaltando-se que tais contribuições serão apresentadas de forma consolidada no Produto 6: Proposta Preliminar do PESB-MG.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xii
1 INTRODUÇÃO	2
2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO.....	4
3 CONTEXTUALIZAÇÃO	5
4 CONFERÊNCIA ESTADUAL UNINDO MINAS PELO SANEAMENTO	7
4.1 Divulgação	7
4.1.1 Estratégias de comunicação e mobilização social	8
4.1.2 Ferramentas de comunicação e mobilização social	9
4.2 Materiais disponibilizados	12
4.3 Programação da Conferência Estadual.....	13
4.4 Realização do Evento	14
4.4.1 Registros	15
4.4.2 Trabalhos em grupos	16
4.4.3 Votação pelos Delegados	19
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
6 APÊNDICE.....	56
6.1 Lista de Presença dos participantes da Conferência Estadual Unindo Minas Pelo Saneamento	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1. Territórios do Saneamento e Bacias Hidrográficas.....	4
Figura 4.1 – Peça gráfica enviada por e-mail ao <i>mailing</i>	10
Figura 4.2 - Captura de tela da matéria publicada pela SEMAD no dia 28 de março de 2022	11
Figura 4.3 - Captura de tela da matéria publicada pela Agência Minas no dia 29 de março de 2022	11
Figura 4.4 - Peça de divulgação para redes sociais em formato de <i>feed</i> Instagram.....	12
Figura 4.5 - Programação da Conferência Estadual Unindo Minas Pelo Saneamento do PESB-MG	14
Figura 4.6 - Espectadores simultâneos no dia 11 de abril de 2022	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 4-1 – Critérios a serem considerados em cada eixo do saneamento.....	18
Tabela 4-2 – Número total de delegados votantes, por TS	19
Tabela 4-3 – Priorização dos critérios para o TS-1	20
Tabela 4-4 – Priorização dos critérios para o TS-2	21
Tabela 4-5 – Priorização dos Critérios para o TS-3.....	21
Tabela 4-6 – Priorização dos critérios para o TS-4	22
Tabela 4-7 – Priorização dos critérios para o TS-5	22
Tabela 4-8 – Priorização dos critérios para o TS-6	23
Tabela 4-9 – Priorização dos critérios para o TS-7	23
Tabela 4-10 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz Coordenação e articulação intersetoriais	27
Tabela 4-11 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz Prestação e manutenção dos serviços	28
Tabela 4-12 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz Medidas estruturais.....	29
Tabela 4-13 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz Investimento e sustentabilidade econômica.....	30
Tabela 4-14 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG.....	30
Tabela 4-15 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz Coordenação e articulação intersetoriais	31
Tabela 4-16 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz Prestação e manutenção dos serviços	32
Tabela 4-17 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz Medidas estruturais.....	33
Tabela 4-18 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz Investimento e sustentabilidade econômica.....	34
Tabela 4-19 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG.....	34
Tabela 4-20 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz Coordenação e articulação intersetoriais	35
Tabela 4-21 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz Prestação e manutenção dos serviços	36
Tabela 4-22 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz Medidas estruturais.....	37

Tabela 4-23 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz Investimento e sustentabilidade econômica.....	38
Tabela 4-24 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG.....	38
Tabela 4-25 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz Coordenação e articulação intersetoriais	39
Tabela 4-26 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz Prestação e manutenção dos serviços	40
Tabela 4-27 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz Medidas estruturais.....	41
Tabela 4-28 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz Investimento e sustentabilidade econômica.....	42
Tabela 4-29 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG.....	42
Tabela 4-30 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz Coordenação e articulação intersetoriais	43
Tabela 4-31 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz Prestação e manutenção dos serviços	44
Tabela 4-32 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz Medidas estruturais.....	45
Tabela 4-33 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz Investimento e sustentabilidade econômica.....	46
Tabela 4-34 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG.....	46
Tabela 4-35 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz Coordenação e articulação intersetoriais	47
Tabela 4-36 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz Prestação e manutenção dos serviços	48
Tabela 4-37 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz Medidas estruturais.....	49
Tabela 4-38 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz Investimento e sustentabilidade econômica.....	50
Tabela 4-39 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG.....	50
Tabela 4-40 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz Coordenação e articulação intersetoriais	51

Tabela 4-41 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz Prestação e manutenção dos serviços	52
Tabela 4-42 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz Medidas estruturais	53
Tabela 4-43 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz Investimento e sustentabilidade econômica	54
Tabela 4-44 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

ARSAE-MG – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CORESAB – Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas

CISAB SUL– Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas

DMAPU – Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais

DN – Deliberação Normativa

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente

FJP – Fundação João Pinheiro

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GTI – Grupo de Trabalho Intergovernamental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PESB – Plano Estadual de Saneamento Básico

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

REDIC – Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUGES – Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento

TS – Território do Saneamento

TS1 – Território do Saneamento do Rio São Francisco Alto Médio

TS2 – Território do Saneamento do Rio Jequitinhonha

TS3 – Território do Saneamento do Rio São Francisco Médio Baixo

TS4 – Território do Saneamento do Rio Paranaíba

TS5 – Território do Saneamento do Rio Grande

TS6 – Território do Saneamento do Rio Paraíba do Sul

TS7 – Território do Saneamento do Rio Doce

1 INTRODUÇÃO

A Lei Estadual nº 11.720, de 28 de dezembro de 1994, dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico de Minas Gerais e institui o Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB-MG) como instrumento orientador para assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade ambiental urbana e rural (MINAS GERAIS, 1994).

O PESB-MG tem como propósito realizar a avaliação e caracterização da situação da salubridade ambiental no estado, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais. Além disso, visa definir, mediante planejamento integrado, objetivos e diretrizes estaduais para o saneamento básico, bem como estabelecer metas, identificando os obstáculos político-institucionais, legais, econômico-financeiros, administrativos, culturais e tecnológicos que se interponham à consecução destas metas. A partir disso, definem-se estratégias e diretrizes para superar tais entraves e promover a articulação, integração e coordenação dos recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, em busca da universalização e do aperfeiçoamento na gestão dos serviços de saneamento básico, de forma que o PESB-MG seja constituído como o eixo central da Política Estadual de Saneamento Básico do estado de Minas Gerais ao longo dos próximos 20 anos (horizonte de planejamento: 2022 a 2041).

A elaboração do PESB-MG é realizada em consonância com as políticas públicas de saneamento, de meio ambiente e de recursos hídricos previstas para o estado e para o país, de modo a compatibilizar as soluções a serem propostas com a legislação vigente, planos e projetos existentes e previstos. Ademais, em seu processo de construção, a partir da realização das Pré-Conferências Regionais e da Conferência Estadual, o Plano propicia uma arena política de debates e explicitação dos conflitos para encontrar alternativas de soluções para questões relacionadas ao saneamento em Minas Gerais, haja vista que, atrelado aos aspectos técnicos, conta com a participação de diferentes atores sociais, com suas pluralidades de visões de mundo. Em suma, o Plano é norteado pela elaboração de um diagnóstico situacional do estado de Minas Gerais, seguido pelo prognóstico, com finalidade de traçar o provável desenvolvimento futuro, com definição de metas e estratégias de atuação para cada eixo do saneamento.

O PESB-MG visa, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o milênio da Organização das Nações Unidas (ONU):

- Promover e assegurar a salubridade ambiental à toda população do estado de Minas Gerais.
- Aumentar as oportunidades de emprego e renda.
- Elaborar o diagnóstico e caracterização das soluções e dos serviços.

- Apresentar no atual arranjo institucional do estado as responsabilidades dos órgãos governamentais envolvidos, inclusive os de controle social.
- Institucionalizar e padronizar as ações ligadas aos eixos do saneamento para o estado de Minas Gerais.
- Nortear municípios mineiros quanto da elaboração e revisão de seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) ou à Plano Regional de Saneamento Básico, no caso de prestação regionalizada de serviços de saneamento.
- Realizar prognósticos e definir as ações, projetos e programas prioritários para o desenvolvimento dos 4 eixos do saneamento.
- Estabelecer metas e investimentos em âmbito estadual, a partir do diagnóstico, caracterização e prognóstico previamente realizados.
- Definir fontes de recursos, indicadores e critérios para alocação desses recursos em um desenho institucional que contribua para o alcance da universalização proposta.
- Promover a participação e controle social no processo de elaboração do Plano, por meio do acesso à informação e de conferências públicas.

O presente documento – Produto 5, Volume 57: Conferência Estadual Unindo Minas Pelo Saneamento – tem como objetivo apresentar o relato técnico da Conferência Estadual e o resultado da votação da priorização de critérios e a hierarquização de frentes de atuação de cada TS, realizadas pelos Delegados do PESB-MG. As contribuições aqui apresentadas serão consolidadas no Produto 6: Proposta Preliminar do PESB-MG, para a construção de um plano efetivamente participativo e que retrate, o mais fielmente possível, a realidade do saneamento básico no estado de Minas Gerais.

2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

O estado de Minas Gerais possui uma área de 587,6 mil km² e ocupa 6,9% do território brasileiro, constituindo-se, assim, o quarto maior estado do país e o primeiro, em relação à área da Região Sudeste (FJP, 2020). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o estado possui 853 municípios (15,5% do total dos municípios brasileiros) - o maior em número entre todos os estados - e 1.633 distritos (IBGE, 2020).

A adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento permite a delimitação e o reconhecimento do ambiente físico, a aplicação de legislação específica compatível à realidade local e a análise integrada, o que leva à possível coesão entre os grupos sociais e os aspectos físicos locais. Nesse contexto, para efeito de elaboração do PESB-MG, foi feita a divisão do estado de Minas Gerais em 7 Territórios do Saneamento, cujos limites foram norteados pelas bacias hidrográficas dos seguintes rios: Jequitinhonha, Paraíba do Sul, Paranaíba, Doce, Grande e São Francisco, sendo que a bacia referente a este último foi subdividida em duas – alto/médio e médio/baixo (Figura 2.1). Além dos limites das bacias hidrográficas, foram considerados também os limites municipais para delimitação dos territórios do saneamento.

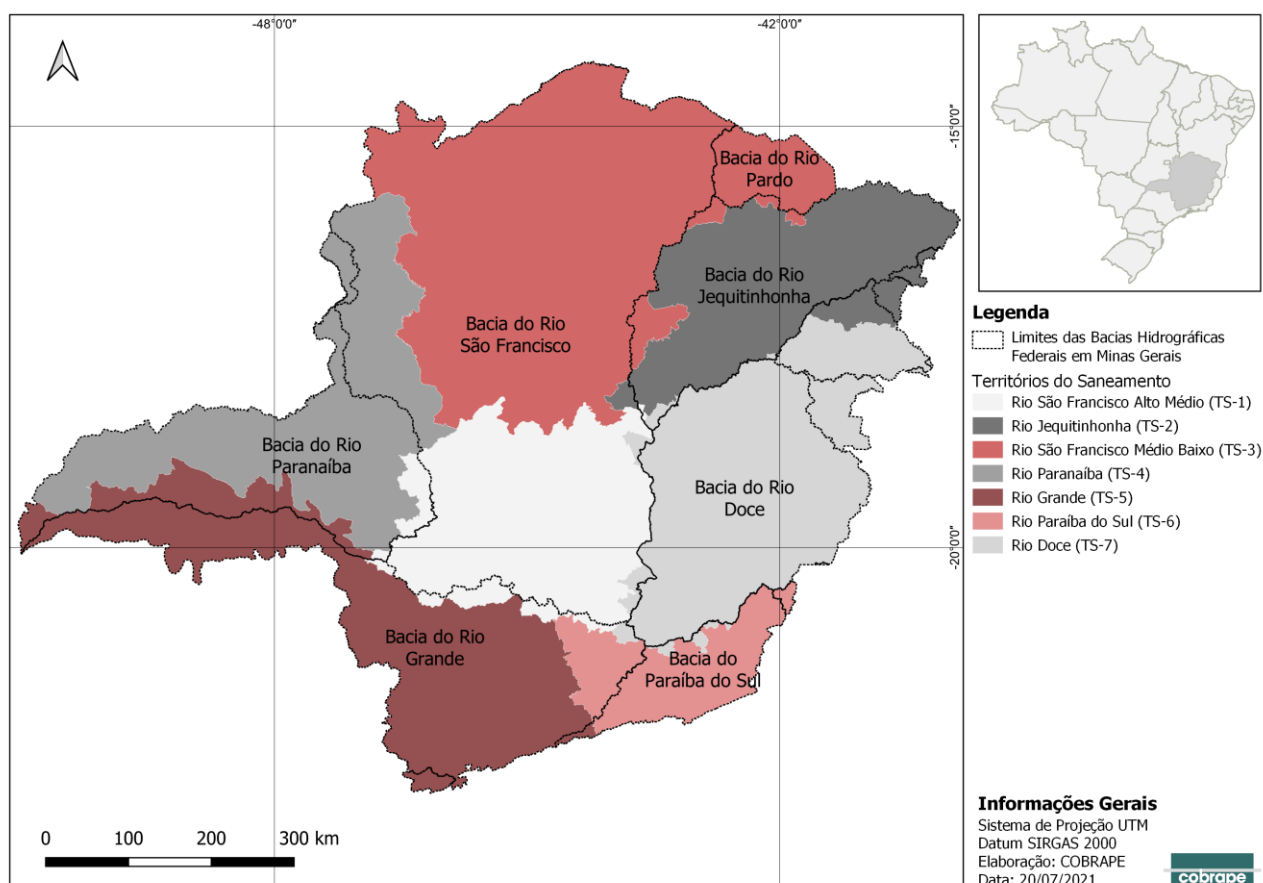


Figura 2.1. Territórios do Saneamento e Bacias Hidrográficas

Fonte: CORAPE (2021)

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A elaboração do PESB-MG adotou como principais bases conceituais os princípios fundamentais constantes do artigo 2º. da Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020, que estabelecem as diretrizes nacionais para a prestação dos serviços de saneamento básico, sendo eles:

I - universalização do acesso e efetiva prestação do serviço; (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020);'

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados; (Redação pela Lei no 14.026, de 2020)

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente; (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

IV – disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; (Redação pela Lei no 14.026, de 2020)

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; (Redação pela Lei no 14.026, de 2020)

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas e a melhoria da qualidade com ganhos de eficiência e redução dos custos para os usuários; (Redação pela Lei no 14.026, de 2020);

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade, regularidade e continuidade; (Redação pela Lei no 14.026, de 2020);

XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; (Redação pela Lei no 14.026, de 2020);

XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reúso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva; (Redação pela Lei no 14.026, de 2020);

XIV - prestação regionalizada dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços; (Incluído pela Lei no 14.026, de 2020);

XV - seleção competitiva do prestador dos serviços; e (Incluído pela Lei no 14.026, de 2020);

XVI - prestação concomitante dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. (Incluído pela Lei no 14.026, de 2020).

Cabe ressaltar que os princípios fundamentais elencados na legislação federal dizem respeito a todos os quatro eixos do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana e drenagem urbana e manejo de águas pluviais), cujas definições são:

Abastecimento de água: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final do resíduo doméstico e do resíduo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

Drenagem urbana e manejo das águas pluviais: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Até a entrega desse documento já havia sido disponibilizado o Produto 4, volumes 27 a 47: Prognóstico, cujo conteúdo foi sintetizado e disponibilizado no Produto 4, volume 55: Documento Base para Conferência Estadual. Depois de divulgados tais volumes do Produto 4, realizou-se a Conferência Estadual Unindo Minas pelo Saneamento, como uma das maneiras de garantir a participação da sociedade mineira no desenvolvimento do PESB-MG.

4 CONFERÊNCIA ESTADUAL UNINDO MINAS PELO SANEAMENTO

Buscando a contribuição e o envolvimento da sociedade (poder público, usuários dos serviços, sociedade civil organizada, dentre outros) na construção do PESB-MG, foi realizada, no dia 11 de abril de 2022, a Conferência Estadual Unindo Minas pelo Saneamento.

A Conferência Estadual configurou-se como um dos pontos altos da mobilização social do Plano, contando com a participação dos delegados eleitos na etapa das Pré-Conferências Regionais para cada um dos 7 (sete) Territórios do Saneamento (TS), sendo estes representantes do poder público, órgãos e agências reguladoras, prestadores de serviços, organizações e da sociedade civil. Além dos delegados, a população e os demais agentes envolvidos com a temática do saneamento no estado foram convidados a participar, possibilitando a contribuição de todos para o estabelecimento e priorização das ações de planejamento para o setor em Minas Gerais.

O evento proporcionou a valorização dos conhecimentos e experiências de cada participante, ampliando o leque de discussões em cada um dos trabalhos em grupos realizados, contribuindo para a identificação das prioridades de cada um dos 7 (sete) TS. Considerou-se, assim, que as opiniões e possíveis questionamentos foram essenciais para a construção de um Plano efetivamente participativo e que retrate, o mais fielmente possível, os anseios e prioridades acerca da prestação dos serviços de saneamento básico no estado de Minas Gerais.

Além das discussões realizadas nos trabalhos em grupos, a Conferência Estadual apresentou os dados disponíveis referentes as etapas de elaboração do PESB-MG com as informações acerca do atendimento e déficit, metas, perspectiva institucional, programas, ações e cenários. Por fim, os Delegados do PESB-MG votaram, para os respectivos TS, a hierarquização dos critérios que nortearão o planejamento dos serviços de saneamento e a priorização das frentes de atuação que contém as ações propostas no Plano.

4.1 Divulgação

Em virtude do aumento no número de casos registrados no cenário da pandemia de Covid-19 durante o período de planejamento da Conferência Estadual, o evento previsto inicialmente para ser realizado totalmente em formato presencial em Belo Horizonte, teve sua realização em formato remoto e, com isso, as atividades de divulgação previstas no Plano também foram revistas para atender este novo formato. Além disso, os Delegados do PESB-MG, considerados atores fundamentais para a Conferência Estadual, foram consultados previamente através de um formulário virtual quanto ao formato que favoreceria a participação de todos, sendo os formatos remoto ou híbrido assinalados como preferenciais para a maioria destes.

Para planejar as ações de comunicação e mobilização social, foram necessárias estratégias que facilitassem o acesso da população às plataformas de transmissão do evento e que estão detalhadas a seguir.

O trabalho de mobilização social foi realizado através de ferramentas virtuais de contato, cujo objetivo era o de sensibilizar diversos segmentos da sociedade para que participassem da Conferência, sobretudo dos Trabalhos em Grupos previstos na programação, momento em que todos os participantes poderiam contribuir com a discussão da hierarquização de critérios e a priorização das frentes de atuação para cada TS. Para tanto, foi dado um enfoque na mobilização dos Delegados do PESB-MG, dos participantes das Pré-Conferências Regionais, de setores como os Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos Profissionais, Instituições de Ensino, dentre outros. Ademais, buscou-se que estes *stakeholders* tivessem uma atuação significativa e de fato representativa durante a Conferência Estadual, não sendo apenas expectadores e receptores de informações.

Cabe ressaltar que embora o evento tenha sido realizado no formato remoto, a Cerimônia de Abertura da Conferência Estadual contou com a participação presencial de autoridades e convidados no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais, em Belo Horizonte. A solenidade foi transmitida a todos através do Canal do PESB-MG no site Youtube.

4.1.1 Estratégias de comunicação e mobilização social

O processo de comunicação e mobilização social desenvolvido para a realização da Conferência Estadual baseou-se em retomar as estratégias utilizadas para a realização das Pré-Conferências Regionais e que foram avaliadas como exitosas pela equipe da organização e demais envolvidos no processo como o GTI-PESB. Para isso, contou-se novamente com apoio e parceria das Assessorias de Comunicação (ASCOM) das instituições envolvidas na elaboração do PESB-MG (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – SEPLAG; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA-MG; Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM; Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG e Fundação João Pinheiro – FJP).

Para uma melhor comunicação com a população, foram utilizados os principais canais de mídia do Governo Estadual e das instituições envolvidas na elaboração do PESB-MG. É importante destacar que a elaboração do PESB-MG é uma ação de utilidade pública e que irá beneficiar toda a população, sendo importante aproximar os meios de comunicação já utilizados às atividades previstas no Plano e torná-los imprescindíveis ao longo de execução do trabalho.

Durante a realização das atividades, foram estabelecidas ainda parcerias com algumas instituições que apoiaram a realização do evento divulgando a Conferência Estadual em seus canais de comunicação, conforme detalhado adiante.

4.1.2 Ferramentas de comunicação e mobilização social

A comunicação e mobilização social foram divididas de acordo com as ferramentas estratégicas descritas a seguir.

✓ Ofícios

As prefeituras municipais dos 853 municípios mineiros e suas respectivas Secretarias de Meio Ambiente foram convidadas a participar da Conferência Estadual por meio de ofícios enviados através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pela SEMAD.

✓ Convite via e-mail

Convites virtuais foram enviados para os endereços de e-mail dos 73 (setenta e três) Delegados do PESB-MG e para diversos atores sociais, como os membros do GTI, instituições de ensino, poder público, prestadores de serviços, sociedade civil organizada e para o *mailing* dos mais de 700 (setecentos) participantes inscritos na etapa das Pré-Conferências Regionais.

Consórcios regionais de saneamento básico, como o Consórcio Regional de Saneamento Básico Central de Minas (CORESAB) e Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas (CISAB SUL), o Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (DESA-UFMG), especialistas que participaram direta ou indiretamente da elaboração do PESB-MG e a Associação Brasileira de Saneamento Básico (ABES), também foram convidados por e-mail a participarem da Conferência Estadual.

Os convites virtuais enviados por e-mail foram acompanhados de peça gráfica (Figura 4.1), link de inscrição e formas de acesso à transmissão da Conferência Estadual no Canal do PESB-MG no Youtube.



Figura 4.1 – Peça gráfica enviada por e-mail ao *mailing*

✓ **Convite via aplicativo *WhatsApp***

Durante todas as etapas de elaboração do PESB-MG, o aplicativo *WhatsApp* tem se mostrado eficaz na comunicação com a sociedade interessada em participar da elaboração do Plano. Para a Conferência Estadual, foi elaborada mensagem de texto com os *links* de acesso ao evento e às inscrições, para que pudessem ser compartilhados junto aos contatos de telefone móvel das instituições parceiras. Os Delegados do PESB-MG também foram contatados através do aplicativo de mensagens instantâneas.

✓ **Publicação nas redes sociais e em sites institucionais**

As redes virtuais consistem em uma ferramenta ampla para que os diversos setores da sociedade tenham acesso rápido e fácil ao Plano e suas interfaces, permitindo, portanto, o acompanhamento da elaboração do PESB. Ademais, é um canal que permite interlocução permanente, facilitando o acesso do público em geral às informações de forma objetiva.

Os *sites* das instituições e órgãos que possuem interface com os serviços de saneamento básico no estado e que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a elaboração do PESB-MG foram utilizados para contribuir de maneira significativa para a divulgação de informações para a Conferência Estadual. Como estratégia de divulgação, a SEMAD publicou matéria jornalística, no dia 28 de março de 2022, em seu site institucional (Figura 4.2), e a Agência Minas no dia 29 de março de 2022 (Figura 4.3). Ambas as matérias foram amplamente compartilhadas pelas instituições parceiras e outras instituições e mídias de apoio.



Figura 4.2 - Captura de tela da matéria publicada pela SEMAD no dia 28 de março de 2022

Fonte: (SEMAD, 2022).



Figura 4.3 - Captura de tela da matéria publicada pela Agência Minas no dia 29 de março de 2022

Fonte: (Agência Minas, 2022).

Além das matérias, foram confeccionadas peças de divulgação para serem compartilhadas nas redes sociais das instituições (Figura 4.4), além de peça gráfica em formato de *banner* para que a SEMAD criasse um canal direto em seu *site* para as inscrições da Conferência Estadual.

Os *links* de acesso ao Material de Apoio da Conferência Estadual, ao Documento Base e ao formulário para as inscrições foram disponibilizados no *site* da SEMAD.



Figura 4.4 - Peça de divulgação para redes sociais em formato de *feed* Instagram

4.2 Materiais disponibilizados

✓ Documento Base para a Conferência Estadual

Para subsidiar as discussões do público acerca das principais temáticas apresentadas na programação da Conferência Estadual, foi elaborado um Documento Base contendo as principais informações acerca do Diagnóstico Situacional Consolidado (Produto 4, Volumes 20 a 26) e Prognóstico – Investimentos, ações e alternativas para a universalização (Produto 4, Volumes 27 a 47). Por se tratar de documento destinado ao público em geral, ou seja, para pessoas com diversos graus de conhecimento, este foi estruturado com uma linguagem clara e acessível. Para tanto, o conteúdo foi apresentado de forma objetiva, complementado por mapas, tabelas e gráficos, de forma a auxiliar seu entendimento.

O Documento Base para a Conferência Estadual foi disponibilizado para consulta no dia 28 de março de 2022 no *website* da SEMAD, além de ser divulgado via *WhatsApp*. Os Delegados do PESB-MG e os participantes que realizaram a inscrição no evento receberam o documento por e-mail, que também foi disponibilizado durante a realização da Conferência Estadual na descrição da transmissão na plataforma *Youtube*.

✓ **Material de Apoio para a Conferência Estadual**

Para ilustrar, complementar e elucidar os assuntos abordados na Conferência Estadual, foi elaborado um material contendo a metodologia, a programação e as instruções para o desenvolvimento de todas as atividades a serem realizadas durante o evento. O material foi confeccionado com recursos gráficos e visuais, linguagem simples e clara, de modo a facilitar a compreensão de seus leitores.

O Material de Apoio para a Conferência Estadual foi disponibilizado para consulta a partir do dia 28 de março de 2022, no *website* da SEMAD, além de ser divulgado via *WhatsApp*. Assim como o Documento Base, o Material também foi enviado por e-mail aos participantes que realizaram inscrição no evento e disponibilizado durante a realização da Conferência Estadual na descrição da transmissão na plataforma do *Youtube*.

4.3 Programação da Conferência Estadual

Levando em consideração o conceito para a proposta de trabalho participativo do PESB-MG, uma das primeiras atividades de planejamento consistiu na definição de uma programação prévia que contemplasse questões de ordem prática como horários e tempo previstos para cada atividade, além de temas a serem abordados de forma dinâmica, encorajando os convidados a participarem ativamente ao longo do evento.

Na Figura 4.5 está apresentada a programação da Conferência Estadual Unindo Minas Pelo Saneamento.

PROGRAMAÇÃO	
10h00 às 11h00	Cerimônia de Abertura
11h00 às 11h20	Contextualização Geral do PESB-MG
11h20 às 11h30	Informes Gerais
Intervalo para Almoço: 11h30 às 13h00	
13h00 às 14h00	Apresentação do Atendimento, Déficit e Metas
	Apresentação da Perspectiva Institucional
	Apresentação dos Programas, Ações e Cenários
14h00 às 17h30	Trabalhos em Grupos
17h30 às 17h50	Relatoria dos Trabalhos em Grupos
	Votação das Priorizações dos Critérios e Ações pelos Delegados
18h00	Apresentação do Resultado da Votação
	Encerramento da Conferência

Figura 4.5 - Programação da Conferência Estadual Unindo Minas Pelo Saneamento do PESB-MG

4.4 Realização do Evento

A Conferência Estadual Unindo Minas pelo Saneamento foi transmitida ao vivo pela plataforma *Youtube*, no dia 11 de abril de 2022, através do canal do PESB-MG, criado para a transmissão dos eventos do Plano. A plataforma utilizada pela equipe técnica da COBRAPE para apresentação da transmissão foi a plataforma *Microsoft Teams*, a mesma utilizada na realização das Pré-Conferências Regionais.

A Conferência Estadual Unindo Minas pelo Saneamento iniciou-se às 10 horas com a transmissão da solenidade de abertura realizada no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Na ocasião, foi composta a mesa de abertura com a presença do Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema; da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Marília Carvalho de Mello; da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabete Jucá; do Chefe do Gabinete Militar do Governador e Coordenador Estadual de Defesa Civil, Coronel Osvaldo Marques; da Deputada Estadual, Celise Laviola; do Promotor de Justiça e Coordenador das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo, Leonardo Castro Maia; da Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em Minas Gerais,

Edicleusa Veloso Moreira; do Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Patrick Thomas, e do Presidente da Fundação João Pinheiro (FJP), Elger Marra. Em seguida, foram executados o Hino Nacional do Brasil e o vídeo de abertura da Conferência Estadual.

Os representantes da COBRAPE, Rafael Decina Arantes e Raissa Vitareli Assunção Dias, abriram o evento e se pronunciaram sobre a elaboração do PESB-MG e a importância da participação da sociedade na construção do Plano, além de apresentar uma breve contextualização das etapas concluídas até o momento. A Secretária da SEMAD, Marília Mello e o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, enfatizaram a importância do Plano para o estado de Minas Gerais.

Após a solenidade de abertura, ainda no turno da manhã, a equipe da COBRAPE conduziu as atividades previstas na programação da Conferência Estadual diretamente na transmissão do Youtube, apresentando uma contextualização das etapas previstas para o PESB-MG e uma síntese do conteúdo abordado em cada uma delas.

No turno da tarde, os técnicos da COBRAPE fizeram as apresentações referentes ao atendimento e déficit, perspectiva institucional, programas, ações e cenários e, na sequência, foram realizados trabalhos em grupos contemplando os 7 (sete) TS. Finalizados os trabalhos, foi apresentada, pelo relator de cada grupo, uma síntese dos principais pontos discutidos pelos participantes e autorizada a votação da hierarquização de critérios e priorização das frentes de atuação pelos Delegados do PESB-MG. A última atividade foi a apresentação do resultado das votações, por TS, acerca da priorização dos critérios e das ações.

A íntegra da transmissão da Conferência Estadual encontra-se disponível no canal do PESB-MG no *website* Youtube, através deste [link](https://www.youtube.com/watch?v=gVVRb6BLKI4&t=30180s) (<https://www.youtube.com/watch?v=gVVRb6BLKI4&t=30180s>).

4.4.1 Registros

✓ Inscrições

Para realização da Conferência Estadual, disponibilizou-se um formulário de inscrição para que a população se identificasse e selecionasse o Território do Saneamento ao qual desejariam participar dos trabalhos em grupos. Até o dia 11 de abril de 2022, dia de realização da Conferência Estadual, foram registradas 409 inscrições.

Para a solenidade de abertura da Conferência Estadual, realizada no formato presencial no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a SEMAD disponibilizou um formulário de inscrições para convidados, que contou com o registro de 257 inscritos.

✓ Visualizações da transmissão

O *website* Youtube, utilizado para transmissão da Conferência Estadual, permite que se tenha um registro de visualizações do evento realizado em sua plataforma. Conforme apresentado na Figura 4.6, no dia 11 de abril, dia da Conferência Estadual, o pico de espectadores simultâneos atingiu o número de 286 pessoas.

Os dados apresentados não retratam o número total de pessoas que participaram do evento e sim o número máximo de transmissões realizadas no mesmo momento *ao vivo*. Já o número total de visualizações no Youtube, até o fechamento deste relatório, totalizou 2.144 visualizações.

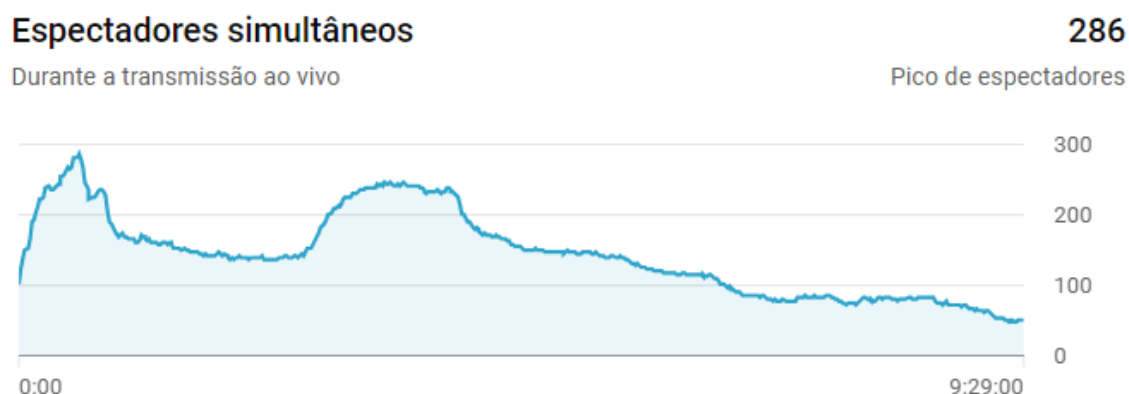


Figura 4.6 - Espectadores simultâneos no dia 11 de abril de 2022

Fonte: (Youtube, 2022).

✓ Lista de Presença

Os participantes da Conferência Estadual registraram a participação no evento através de apresentação pessoal realizada no chat do Youtube e na lista de presença disponibilizada na descrição do vídeo. A lista de presença contou com 246 registros (item 6 - Apêndice). É importante destacar que o preenchimento da lista de presença não foi obrigatório, por isso, não se pode afirmar que este foi o número real de participantes presentes durante a transmissão do evento.

4.4.2 Trabalhos em grupos

Uma das principais etapas do evento referiu-se aos trabalhos em grupos, o que demandou uso de estratégias de planejamento para envolver os participantes, conforme descrito a seguir. Assim, em momento específico da Conferência Estadual, conforme programação do evento, os participantes foram divididos em 7 (sete) grupos, um para cada TS, com o intuito

de discutir sobre a hierarquização dos critérios e a priorização das frentes de atuação para os respectivos Territórios.

A temática escolhida para discussão nos trabalhos em grupos teve como intuito garantir o debate entre os participantes, visando subsidiar a decisão dos Delegados do PESB-MG na votação prevista para o final da Conferência Estadual. Ressalta-se que não foram abordadas propostas acerca de um eventual novo arranjo institucional, uma vez que houve alteração institucional recente em Minas Gerais, em 2019, e, como apontado na Perspectiva Institucional do PESB-MG, considera-se um curto período para a avaliação do atual arranjo institucional e proposição de um novo modelo. Todavia, foram analisadas leis e atribuições das instituições afetas ao saneamento, sendo propostas ações (que foram elencadas pelos participantes e Delegados durante a Conferência Estadual) para sanar as lacunas identificadas.

Os trabalhos em grupos foram realizados a partir de perguntas previamente estabelecidas, as quais nortearam as discussões, através da plataforma *Microsoft Teams*. Os participantes foram direcionados para os grupos através de *links* de acesso disponibilizados por e-mail aos inscritos e durante a transmissão da Conferência Estadual no Youtube. Os técnicos da COBRAPE, com apoio e acompanhamento do GTI-PESB, mediarão as discussões e auxiliaram os relatores dos grupos a sintetizarem os principais pontos discutidos. Os trabalhos em grupos foram gravados e disponibilizados no Canal do PESB-MG no *YouTube*.

Para primeira atividade, de **priorização de critérios**, cada um dos 7 (sete) grupos elencou quais são os critérios que terão maior importância no planejamento para implementação das ações/investimentos, para cada um dos 4 (quatro) eixos do saneamento. Além desses critérios, foram considerados, para todos os TS, o déficit na prestação dos serviços, bem como o nível de investimentos (critério em que se verificou onde o menor investimento beneficiará o maior número de pessoas). Ressalta-se que, para orientar as discussões, em cada um dos grupos foi apresentado diagnóstico e prognóstico referentes a cada critério, considerando a realidade de cada TS.

Para auxiliar o debate, foi feita a seguinte pergunta norteadora: **“Qual a importância que cada critério deve ter para orientar o planejamento das ações e dos investimentos referentes ao saneamento em seu TS?”**. Por meio desta, os participantes ordenaram os critérios por nível de maior importância, lembrando que os critérios poderiam ter a mesma importância e que todos seriam considerados. Destaca-se que a discussão acerca dos critérios foi realizada por eixo do saneamento, sendo que os critérios a serem considerados para cada um deles estão apresentados na Tabela 4-1.

Para segunda atividade, de **hierarquização de frentes de atuação**, cada um dos 7 (sete) grupos discutiu a hierarquização das frentes de atuação em cada TS, as quais são formadas por ações que foram identificadas na etapa das Pré-Conferências Regionais do PESB-MG e

durante a elaboração do Plano. Para isso, cada grupo, de acordo como o programa, definiu frentes de atuação prioritárias. Ressalta-se que os programas foram agrupados em 5 (cinco) macrodiretrizes que orientarão o planejamento do saneamento no estado.

Para auxiliar o debate, foi feita a seguinte pergunta norteadora: “**Como as frentes de atuação, em cada programa, devem ser priorizadas em seu TS?**”. Destaca-se que as frentes foram ordenadas por nível de maior importância e que todas serão implementadas.

Tabela 4-1 – Critérios a serem considerados em cada eixo do saneamento

Eixo do saneamento	Critérios
Abastecimento de água (AA)	<ul style="list-style-type: none"> • Déficit por formas de abastecimento de água adequadas • Nível de investimento para o eixo de AA • Índice de vulnerabilidade social (IVS) • Predominância de carga orgânica doméstica sobre demais usos • Risco de impacto das mudanças climáticas • Vulnerabilidade dos mananciais • Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água • Eficiência da rede de distribuição de água • Capacidade de diluição dos cursos d’água
Esgotamento sanitário (ES)	<ul style="list-style-type: none"> • Déficit por formas adequadas de esgotamento sanitário • Nível de investimento para o eixo de ES • Índice de vulnerabilidade social (IVS) • Risco de impacto das mudanças climáticas • Melhoria da capacidade de diluição dos cursos d’água • Capacidade de diluição dos cursos d’água
Resíduos sólidos (RS)	<ul style="list-style-type: none"> • Déficit na coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de RSU • Nível de investimento para o eixo de RS • Índice de vulnerabilidade social (IVS) • Geração de RSU • Existência de coleta seletiva • Destinação final ambientalmente adequada dos RSU
Drenagem urbana e manejo das águas pluviais (DMAPU)	<ul style="list-style-type: none"> • Parcela domicílios em situação de risco de inundação • Quantidade de enxurradas, alagamentos e inundações • Nível de investimento para o eixo de DMAPU • Índice de vulnerabilidade social (IVS) • Predominância de carga orgânica doméstica sobre demais usos • Capacidade de diluição dos cursos d’água • Densidade populacional e declividade topográfica média • Densidade populacional ou declividade topográfica média¹

¹Os fatores “Densidade populacional e declividade topográfica média” e “Densidade populacional ou declividade topográfica média” são critérios individuais e distintos. O primeiro, mais restritivo, apresenta as áreas onde simultaneamente há atendimento aos critérios de densidade populacional e de declividade topográfica média, enquanto o segundo, apresenta as áreas onde pelo menos um dos critérios é atendido.

4.4.4 Votação pelos Delegados

Uma das atividades realizadas na Conferência Estadual referiu-se à votação da hierarquização dos critérios e da priorização das frentes de atuação pelos Delegados do PESB-MG. Esta etapa aconteceu após a realização dos trabalhos em grupos, momento importante para que os delegados discutissem, junto com demais participantes, as prioridades de seu TS e, assim, realizassem a votação, subsidiados pela discussão anterior.

Para a realização da votação foi disponibilizado um formulário virtual, cujo link foi enviado aos 73 (setenta e três) delegados através de e-mail, mensagem via aplicativo *WhatsApp* e pelos técnicos da COBRAPE, ao final da realização dos trabalhos em grupos.

Ao todo, foram computados os votos de 60 delegados, cujo detalhamento do número de votos recebidos por TS está apresentado na Tabela 4-2. Todos os TS obtiveram o número de votos suficientes para apuração do resultado, conforme previsto no Material de Apoio para a Conferência, que determinava uma maioria simples de votos para validação final.

Tabela 4-2 – Número total de delegados votantes, por TS

TS	TOTAL DE DELEGADOS	DELEGADOS VOTANTES
Rio São Francisco Alto Médio	12	7
Rio Jequitinhonha	6	6
Rio São Francisco Médio Baixo	7	7
Rio Paranaíba	4	4
Rio Grande	16	13
Rio Paraíba do Sul	8	5
Rio Doce	20	17

O formulário de votação utilizado pelos Delegados do PESB-MG foi dividido em duas seções, sendo: (i) a primeira referente aos **critérios** que nortearão os cenários, sendo que cada delegado deveria classificá-los por ordem de prioridade para cada um dos eixos do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana e drenagem urbana e manejo das águas pluviais) e, (ii) a segunda referente às **frentes de atuação das ações propostas**, as quais deveriam ser classificadas por ordem de prioridade, de acordo com cada programa do PESB-MG.

O resultado da votação está apresentado a seguir, para cada uma das seções.

4.4.4.1 Priorização de critérios

O resultado da priorização dos critérios demonstrou uma pequena variação entre os TS, ou seja, de maneira geral, as prioridades elencadas foram semelhantes entre os Territórios.

No que se refere ao eixo de **Abastecimento de Água**, os critérios de “vulnerabilidade social”, “vulnerabilidade dos mananciais” e “situação dos sistemas produtores para abastecimento de água” foram elencados como prioritários em 4 dos 7 TS. Para o eixo de **Esgotamento Sanitário**, o critério de “vulnerabilidade social” foi considerado como prioritário para os TS-1,

TS-2, TS-5 e TS-6. No que se refere ao eixo de **Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana**, destaca-se o critério de “destinação final ambientalmente adequada”, considerado prioritário em todos os TS. Com relação ao eixo de **Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais**, cabe destacar que, com exceção do critério de “Predominância de carga orgânica doméstica”, os demais critérios foram considerados igualmente prioritários para quase todos os TS.

A seguir, da Tabela 4-3 a Tabela 4-9, estão apresentados os resultados detalhados por Território do Saneamento. **Para análise, considere Prioridade 1 como critério de extrema relevância e Prioridade 6 como critério de baixíssima relevância.** Destaca-se que tais resultados serão utilizados na aplicação da metodologia para hierarquização das áreas prioritárias a qual, por sua vez, será apresentada detalhadamente e discutida no Produto 6 – Proposta Preliminar no PESB-MG, permitindo, com isso, a definição do planejamento estadual para os serviços de saneamento ao longo do horizonte de 2022 a 2041.

Tabela 4-3 – Priorização dos critérios para o TS-1

Eixo do Saneamento	Critérios	Nível de prioridade TS-1
Abastecimento de Água	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	2
	Vulnerabilidade dos mananciais	1
	Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água	2
	Eficiência da rede de distribuição de água	3
	Predominância de carga orgânica doméstica	4
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1
Esgotamento Sanitário	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	4
	Melhoria da capacidade de diluição dos cursos	2
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	2
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Vulnerabilidade social	2
	Geração de RSU	2
	Existência de coleta seletiva	2
	Destinação final ambientalmente adequada dos RSU	1
Drenagem Urbana e Manejo das Águas Pluviais	Vulnerabilidade social	1
	Densidade populacional e declividade topográfica média	2
	Densidade populacional ou declividade topográfica média	2
	Predominância de carga orgânica doméstica	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1

Tabela 4-4 – Priorização dos critérios para o TS-2

Eixo do Saneamento	Crítérios	Nível de prioridade TS-2
Abastecimento de Água	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	1
	Vulnerabilidade dos mananciais	2
	Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água	1
	Eficiência da rede de distribuição de água	1
	Predominância de carga orgânica doméstica	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1
Esgotamento Sanitário	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	2
	Melhoria da capacidade de diluição dos cursos	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Vulnerabilidade social	1
	Geração de RSU	1
	Existência de coleta seletiva	1
	Destinação final ambientalmente adequada dos RSU	1
Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Vulnerabilidade social	1
	Densidade populacional e declividade topográfica média	1
	Densidade populacional ou declividade topográfica média	2
	Predominância de carga orgânica doméstica	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1

Tabela 4-5 – Priorização dos Critérios para o TS-3

Eixo do Saneamento	Crítérios	Nível de prioridade TS-3
Abastecimento de Água	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	5
	Vulnerabilidade dos mananciais	1
	Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água	1
	Eficiência da rede de distribuição de água	2
	Predominância de carga orgânica doméstica	2
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	4
Esgotamento Sanitário	Vulnerabilidade social	2
	Risco de impacto das mudanças climáticas	2
	Melhoria da capacidade de diluição dos cursos	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Vulnerabilidade social	1
	Geração de RSU	1
	Existência de coleta seletiva	1
	Destinação final ambientalmente adequada dos RSU	1
Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Vulnerabilidade social	1
	Densidade populacional e declividade topográfica média	1
	Densidade populacional ou declividade topográfica média	1
	Predominância de carga orgânica doméstica	2
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1

Tabela 4-6 – Priorização dos critérios para o TS-4

Eixo do Saneamento	Crítérios	Nível de prioridade TS-4
Abastecimento de Água	Vulnerabilidade social	2
	Risco de impacto das mudanças climáticas	1
	Vulnerabilidade dos mananciais	2
	Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água	1
	Eficiência da rede de distribuição de água	2
	Predominância de carga orgânica doméstica	3
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	3
Esgotamento Sanitário	Vulnerabilidade social	2
	Risco de impacto das mudanças climáticas	1
	Melhoria da capacidade de diluição dos cursos	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	2
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Vulnerabilidade social	2
	Geração de RSU	1
	Existência de coleta seletiva	2
	Destinação final ambientalmente adequada dos RSU	1
Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Vulnerabilidade social	1
	Densidade populacional e declividade topográfica média	4
	Densidade populacional ou declividade topográfica média	1
	Predominância de carga orgânica doméstica	3
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	2

Tabela 4-7 – Priorização dos critérios para o TS-5

Eixo do Saneamento	Crítérios	Nível de prioridade TS-5
Abastecimento de Água	Vulnerabilidade social	3
	Risco de impacto das mudanças climáticas	2
	Vulnerabilidade dos mananciais	1
	Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água	3
	Eficiência da rede de distribuição de água	2
	Predominância de carga orgânica doméstica	3
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1
Esgotamento Sanitário	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	2
	Melhoria da capacidade de diluição dos cursos	2
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Vulnerabilidade social	2
	Geração de RSU	1
	Existência de coleta seletiva	1
	Destinação final ambientalmente adequada dos RSU	1
Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Vulnerabilidade social	2
	Densidade populacional e declividade topográfica média	1
	Densidade populacional ou declividade topográfica média	1
	Predominância de carga orgânica doméstica	2
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1

Tabela 4-8 – Priorização dos critérios para o TS-6

Eixo do Saneamento	Crítérios	Nível de prioridade TS-6
Abastecimento de Água	Vulnerabilidade social	2
	Risco de impacto das mudanças climáticas	1
	Vulnerabilidade dos mananciais	3
	Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água	2
	Eficiência da rede de distribuição de água	3
	Predominância de carga orgânica doméstica	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	2
Esgotamento Sanitário	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	2
	Melhoria da capacidade de diluição dos cursos	4
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	2
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Vulnerabilidade social	2
	Geração de RSU	1
	Existência de coleta seletiva	1
	Destinação final ambientalmente adequada dos RSU	2
Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Vulnerabilidade social	2
	Densidade populacional e declividade topográfica média	2
	Densidade populacional ou declividade topográfica média	3
	Predominância de carga orgânica doméstica	3
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1

Tabela 4-9 – Priorização dos critérios para o TS-7

Eixo do Saneamento	Crítérios	Nível de prioridade TS-7
Abastecimento de Água	Vulnerabilidade social	1
	Risco de impacto das mudanças climáticas	2
	Vulnerabilidade dos mananciais	1
	Situação dos sistemas produtores para abastecimento de água	1
	Eficiência da rede de distribuição de água	1
	Predominância de carga orgânica doméstica	2
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	2
Esgotamento Sanitário	Vulnerabilidade social	2
	Risco de impacto das mudanças climáticas	1
	Melhoria da capacidade de diluição dos cursos	1
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1
Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana	Vulnerabilidade social	1
	Geração de RSU	2
	Existência de coleta seletiva	1
	Destinação final ambientalmente adequada dos RSU	1
Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Vulnerabilidade social	1
	Densidade populacional e declividade topográfica média	1
	Densidade populacional ou declividade topográfica média	2
	Predominância de carga orgânica doméstica	3
	Capacidade de diluição dos cursos d'água	1

4.4.4.2 Hierarquização das frentes de atuação

O resultado da priorização das frentes de atuação propostas na Conferência Estadual demonstram que, apesar das diferenças regionais presentes nos territórios mineiros, as prioridades em termos de saneamento básico são parecidas.

No que se refere ao programa “**Articulação e desenvolvimento institucional**”, a frente de atuação que promove articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico foi eleita como prioritária em seis dos sete TS. A exceção foi o TS-4, que elegeu como prioridade a integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente. Cabe ressaltar que no TS-6 houve um empate na primeira posição: além da articulação entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo, também foi eleita como prioritária a integração de instrumentos com interface com o saneamento básico.

As três frentes de atuação propostas para o programa “**Comunicação, sensibilização e mobilização social**” foram consideradas prioritárias por diferentes TS. Os TS-1, TS-2 e TS-5 deram preferência à mobilização social na esfera local. Os TS-4 e TS-7 optaram pela publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações. Já no TS-3 houve um empate entre as três frentes propostas: publicização do PESB-MG; criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios; e mobilização social na esfera local. No TS-6, por sua vez, o empate se deu entre a publicização do PESB-MG e a criação de canais de comunicação entre as instituições.

No programa “**Educação em saneamento básico**”, a frente de atuação para a promoção de capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais) foi a mais votada dentre os TS, sendo as exceções o TS-2 e o TS-5. No TS-2 e no TS-5 a elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas foi preeminente. Ressalta-se que no TS-6 houve um empate, com a capacitação de técnicos e demais operadores de serviços aparecendo na primeira posição junto com a capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).

Duas frentes de atuação se sobressaíram no programa “**Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico**”. A retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC) foi a primeira opção dos TS-1, TS-3, TS-5 e TS-6. Já a retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS) prevaleceu nos TS-2, TS-4 e TS-7.

No programa “**Participação e controle social**” destaca-se, de forma unânime, a instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.

No que concerne ao programa “**Pesquisa, desenvolvimento e inovação**”, cinco dos sete TS priorizaram a inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços. As exceções foram os TS-5 e TS-7, que optaram pela priorização da elaboração de estudos na área de

esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento. No TS-6 ambas as frentes de atuação mencionadas empataram na primeira colocação.

Para o programa “**Prestação e manutenção dos serviços**”, a frente de atuação mais votada, ocupando a preferência de cinco dos sete TS foi o aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico. As exceções consistem no TS-1, onde a adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas apresentou primazia, e no TS-5, onde houve um empate entre a adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais e o fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.

Todas as quatro frentes de atuação propostas para o programa “**Regulação e fiscalização**” foram escolhidas como prioridades por diferentes TS. O planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico prevaleceu nos TS-1, TS-5 e TS-7. A fiscalização de atividades em empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos etc.) foi a opção priorizada pelos TS-2 e TS-3. No TS-6 houve a preferência pela revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais. Já no TS-4 o incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes foi apontado como prioritário.

Para o programa “**Abastecimento de Água**”, duas frentes de atuação se destacaram. A ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água foi opção mais votada nos TS-1, TS-2, TS-3 e TS-4. Nos demais TS, o controle da qualidade da água tratada e distribuída apareceu na primeira colocação.

A ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local foi uma unanimidade no programa “**Esgotamento Sanitário**”. No TS-4, essa frente de atuação empatou com a adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.

Com relação ao programa “**Resíduos sólidos e limpeza urbana**”, todas as três frentes de atuação propostas foram eleitas como prioridades por diferentes territórios. O encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados prevaleceu nos TS-1, TS-2 e TS-6. A adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores foi preeminente nos TS-4, TS-5 e TS-7. Já a implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS foi a frente de atuação preferida no TS-3.

No programa “**Drenagem urbana e manejo das águas pluviais**”, a frente de atuação relativa à recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana foi a mais votada nos TS-4, TS-5, TS-6 e TS-7. No TS-1, houve um empate entre essa frente de atuação e a adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco. O TS-2, por sua vez, priorizou a implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana. No TS-3, houve um empate entre a recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana e a implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.

Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico foi a frente de atuação premente no programa “**Mecanismos econômicos**”, sendo a mais votada em cinco dos sete TS. As exceções foram o TS-1, onde optou-se por fomentar a criação de fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos, e o TS-6, onde priorizou-se buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.

O programa “**Procedimentos para a sustentabilidade econômica**” apresentava apenas duas frentes de atuação. Os TS-2, TS-3, TS-5, TS-6 e TS-7 optaram por dar destaque à criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços, enquanto os TS-1 e TS-4 enfatizaram a criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.

A estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG foi a frente de atuação proeminente no programa “**Monitoramento e avaliação sistemática do PESB**”. A única exceção consistiu no TS-3, que priorizou o monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.

A seguir, da Tabela 4-10 a Tabela 4-44 estão apresentados os resultados completos por território do saneamento. O valor referente a cada frente de atuação foi determinado a partir da multiplicação da quantidade de votos recebida em cada prioridade pelo respectivo peso. Por exemplo, o programa de “Articulação e desenvolvimento institucional” da macrodiretriz 1 apresenta 6 frentes de atuação. Dessa forma, a prioridade 1 recebeu peso 6, a prioridade 2 recebeu peso 5, assim por diante, até a prioridade 6, que recebeu peso 1. A definição da ordem de prioridade foi dada pelo ordenamento decrescente dos valores dentro de cada programa. Uma vez que mais de uma frente de atuação pode apresentar o mesmo valor, assumiu-se que ambas teriam o mesmo nível de prioridade, devendo a execução ocorrer de forma simultânea.

**Tabela 4-10 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz
Coordenação e articulação intersetoriais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-1
1. Coordenação e articulação intersetoriais	Articulação e desenvolvimento institucional	Articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico.	1
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e saúde.	2
		Integração de instrumentos com interface com o saneamento básico (como Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Plano Diretor, Plano diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) etc.	3
		Adoção de soluções de saneamento básico por meio de gestão compartilhada, como consórcios intermunicipais e convênios de cooperação.	4
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e educação.	5
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente.	6
	Comunicação, sensibilização e mobilização social	Mobilização social na esfera local.	1
		Criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios.	2
		Publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações.	3
	Educação em saneamento básico	Capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).	1
		Capacitação de técnicos e demais operadores de serviços.	2
		Elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas.	3
	Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico	Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC).	1
		Retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).	2
		Criação de plataforma integrada de informações sobre os quatro eixos do saneamento básico no estado.	3
	Participação e controle social	Instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.	1
		Participação e controle social em saneamento básico nos municípios.	2
		Transparência sobre a execução das ações do PESB-MG.	3
	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços.	1
		Elaboração de estudos na área de esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento.	2
		Elaboração de estudos para viabilizar a implantação de barragens e reservatórios de usos múltiplos de água.	3
Estímulo ao estudo e desenvolvimento de tecnologias de operação e tratamento de resíduos sólidos urbanos.		4	
Elaboração de estudos sobre a criação de fundos para auxílio em caso de eventos hidrológicos extremos e sobre a efetividade do Sistema Estadual de Defesa Civil.		5	

**Tabela 4-11 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz
Prestação e manutenção dos serviços**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-1
2. Prestação e manutenção dos serviços	Prestação e manutenção dos serviços	Adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas.	1
		Aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico.	2
		Fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.	3
		Melhorias na gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a destinação adequada e a inclusão de catadores na prestação de serviços.	4
		Melhoria da qualidade das águas pluviais escoadas, fortalecendo a adoção de soluções adequadas de drenagem.	5
	Regulação e fiscalização	Planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.	1
		Fiscalização de atividades e empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como: empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos, etc.).	2
		Revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais.	3
		Incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes.	4

**Tabela 4-12 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz
Medidas estruturais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-1
3. Medidas estruturais	Abastecimento de água	Ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água.	1
		Controle das perdas de água.	2
		Controle da qualidade da água tratada e distribuída	3
		Redução da descontinuidade dos serviços/soluções de abastecimento de água.	4
	Esgotamento sanitário	Ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local.	1
		Políticas públicas específicas para áreas rurais que visem prover recursos e apoio técnico para implantação, operação e manutenção das soluções.	2
		Identificação e fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de esgoto e drenagem e do lançamento de efluentes não domésticos em redes coletoras.	3
		Adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.	4
		Melhorias no tratamento do esgoto sanitário e aproveitamento de subprodutos.	5
	Resíduos sólidos e limpeza urbana	Encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados.	1
		Adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores.	2
		Implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS.	3
	Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana.	1
		Adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco.	2
		Implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.	3
Fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário.		4	
Adequação do manejo das águas pluviais em áreas rurais.		5	

**Tabela 4-13 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz
Investimento e sustentabilidade econômica**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-1
4. Investimento e sustentabilidade econômica	Mecanismos econômicos	Fomentar a criação de Fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos.	1
		Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico.	2
		Promover a criação de um programa de subsídios com recursos não onerosos.	3
		Buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.	4
	Procedimentos para sustentabilidade econômica	Criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.	1
		Criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços.	2

**Tabela 4-14 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-1 para a macrodiretriz
Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-1
5. Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	Monitoramento e avaliação sistemática do PESB	Estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG.	1
		Monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.	2
		Monitoramento e avaliação da implementação do PESB-MG com enfoque nos processos e resultados, abrangendo o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.	3

**Tabela 4-15 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz
Coordenação e articulação intersetoriais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-2
1. Coordenação e articulação intersetoriais	Articulação e desenvolvimento institucional	Articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico.	1
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e educação.	2
		Adoção de soluções de saneamento básico por meio de gestão compartilhada, como consórcios intermunicipais e convênios de cooperação.	3
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente.	4
		Integração de instrumentos com interface com o saneamento básico (como Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Plano Diretor, Plano diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) etc.	5
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e saúde.	6
	Comunicação, sensibilização e mobilização social	Mobilização social na esfera local.	1
		Criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios.	2
		Publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações.	3
	Educação em saneamento básico	Elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas.	1
		Capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).	2
		Capacitação de técnicos e demais operadores de serviços.	3
	Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico	Retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).	1
		Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC).	2
		Criação de plataforma integrada de informações sobre os quatro eixos do saneamento básico no estado.	3
	Participação e controle social	Instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.	1
		Participação e controle social em saneamento básico nos municípios.	2
		Transparência sobre a execução das ações do PESB-MG.	3
	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços.	1
		Elaboração de estudos para viabilizar a implantação de barragens e reservatórios de usos múltiplos de água.	2
		Elaboração de estudos na área de esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento.	3
Estímulo ao estudo e desenvolvimento de tecnologias de operação e tratamento de resíduos sólidos urbanos.		3	
Elaboração de estudos sobre a criação de fundos para auxílio em caso de eventos hidrológicos extremos e sobre a efetividade do Sistema Estadual de Defesa Civil.		5	

**Tabela 4-16 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz
Prestação e manutenção dos serviços**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-2
2. Prestação e manutenção dos serviços	Prestação e manutenção dos serviços	Aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico.	1
		Adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas.	2
		Fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.	3
		Melhoria da qualidade das águas pluviais escoadas, fortalecendo a adoção de soluções adequadas de drenagem.	4
		Melhorias na gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a destinação adequada e a inclusão de catadores na prestação de serviços.	5
	Regulação e fiscalização	Fiscalização de atividades e empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como: empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos, etc.).	1
		Planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.	2
		Revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais.	2
		Incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes.	4

**Tabela 4-17 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz
Medidas estruturais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-2
3. Medidas estruturais	Abastecimento de água	Ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água.	1
		Controle da qualidade da água tratada e distribuída	2
		Redução da descontinuidade dos serviços/soluções de abastecimento de água.	3
		Controle das perdas de água.	4
	Esgotamento sanitário	Ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local.	1
		Políticas públicas específicas para áreas rurais que visem prover recursos e apoio técnico para implantação, operação e manutenção das soluções.	2
		Melhorias no tratamento do esgoto sanitário e aproveitamento de subprodutos.	3
		Identificação e fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de esgoto e drenagem e do lançamento de efluentes não domésticos em redes coletoras.	4
		Adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.	5
	Resíduos sólidos e limpeza urbana	Encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados.	1
		Implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS.	2
		Adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores.	3
	Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.	1
		Recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana.	2
		Adequação do manejo das águas pluviais em áreas rurais.	3
Fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário.		4	
Adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco.		5	

**Tabela 4-18 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz
Investimento e sustentabilidade econômica**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-2
4. Investimento e sustentabilidade econômica	Mecanismos econômicos	Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico.	1
		Buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.	2
		Fomentar a criação de Fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos.	3
		Promover a criação de um programa de subsídios com recursos não onerosos.	4
	Procedimentos para sustentabilidade econômica	Criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços.	1
		Criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.	2

**Tabela 4-19 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-2 para a macrodiretriz
Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-2
5. Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	Monitoramento e avaliação sistemática do PESB	Estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG.	1
		Monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.	2
		Monitoramento e avaliação da implementação do PESB-MG com enfoque nos processos e resultados, abrangendo o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.	3

**Tabela 4-20 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz
Coordenação e articulação intersetoriais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-3
1. Coordenação e articulação intersetoriais	Articulação e desenvolvimento institucional	Articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico.	1
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente.	2
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e saúde.	3
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e educação.	3
		Integração de instrumentos com interface com o saneamento básico (como Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Plano Diretor, Plano diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) etc.	5
		Adoção de soluções de saneamento básico por meio de gestão compartilhada, como consórcios intermunicipais e convênios de cooperação.	5
	Comunicação, sensibilização e mobilização social	Publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações.	1
		Criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios.	1
		Mobilização social na esfera local.	1
	Educação em saneamento básico	Capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).	1
		Elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas.	2
		Capacitação de técnicos e demais operadores de serviços.	3
	Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico	Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC).	1
		Criação de plataforma integrada de informações sobre os quatro eixos do saneamento básico no estado.	2
		Retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).	3
	Participação e controle social	Instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.	1
		Participação e controle social em saneamento básico nos municípios.	2
		Transparência sobre a execução das ações do PESB-MG.	3
	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços.	1
		Elaboração de estudos na área de esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento.	2
Elaboração de estudos para viabilizar a implantação de barragens e reservatórios de usos múltiplos de água.		3	
Estímulo ao estudo e desenvolvimento de tecnologias de operação e tratamento de resíduos sólidos urbanos.		4	
Elaboração de estudos sobre a criação de fundos para auxílio em caso de eventos hidrológicos extremos e sobre a efetividade do Sistema Estadual de Defesa Civil.		5	

**Tabela 4-21 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz
Prestação e manutenção dos serviços**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-3
2. Prestação e manutenção dos serviços	Prestação e manutenção dos serviços	Aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico.	1
		Adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas.	2
		Fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.	3
		Melhorias na gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a destinação adequada e a inclusão de catadores na prestação de serviços.	3
		Melhoria da qualidade das águas pluviais escoadas, fortalecendo a adoção de soluções adequadas de drenagem.	5
	Regulação e fiscalização	Fiscalização de atividades e empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como: empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos, etc.).	1
		Planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.	2
		Revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais.	3
		Incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes.	4

**Tabela 4-22 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz
Medidas estruturais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-3
3. Medidas estruturais	Abastecimento de água	Ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água.	1
		Controle da qualidade da água tratada e distribuída	2
		Redução da descontinuidade dos serviços/soluções de abastecimento de água.	3
		Controle das perdas de água.	4
	Esgotamento sanitário	Ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local.	1
		Políticas públicas específicas para áreas rurais que visem prover recursos e apoio técnico para implantação, operação e manutenção das soluções.	2
		Identificação e fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de esgoto e drenagem e do lançamento de efluentes não domésticos em redes coletoras.	3
		Melhorias no tratamento do esgoto sanitário e aproveitamento de subprodutos.	4
		Adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.	5
	Resíduos sólidos e limpeza urbana	Implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS.	1
		Adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores.	2
		Encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados.	3
	Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.	1
		Recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana.	1
		Fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário.	3
		Adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco.	4
		Adequação do manejo das águas pluviais em áreas rurais.	5

**Tabela 4-23 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz
Investimento e sustentabilidade econômica**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-3
4. Investimento e sustentabilidade econômica	Mecanismos econômicos	Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico.	1
		Buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.	2
		Fomentar a criação de Fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos.	3
		Promover a criação de um programa de subsídios com recursos não onerosos.	4
	Procedimentos para sustentabilidade econômica	Criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços.	1
		Criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.	2

**Tabela 4-24 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-3 para a macrodiretriz
Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-3
5. Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	Monitoramento e avaliação sistemática do PESB	Monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.	1
		Estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG.	2
		Monitoramento e avaliação da implementação do PESB-MG com enfoque nos processos e resultados, abrangendo o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.	3

**Tabela 4-25 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz
Coordenação e articulação intersetoriais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-4
1. Coordenação e articulação intersetoriais	Articulação e desenvolvimento institucional	Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente.	1
		Articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico.	2
		Adoção de soluções de saneamento básico por meio de gestão compartilhada, como consórcios intermunicipais e convênios de cooperação.	2
		Integração de instrumentos com interface com o saneamento básico (como Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Plano Diretor, Plano diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) etc.	4
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e saúde.	5
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e educação.	6
	Comunicação, sensibilização e mobilização social	Publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações.	1
		Mobilização social na esfera local.	2
		Criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios.	3
	Educação em saneamento básico	Capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).	1
		Elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas.	2
		Capacitação de técnicos e demais operadores de serviços.	3
	Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico	Retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).	1
		Criação de plataforma integrada de informações sobre os quatro eixos do saneamento básico no estado.	2
		Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC).	3
	Participação e controle social	Instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.	1
		Participação e controle social em saneamento básico nos municípios.	2
		Transparência sobre a execução das ações do PESB-MG.	3
	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços.	1
		Elaboração de estudos na área de esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento.	2
Estímulo ao estudo e desenvolvimento de tecnologias de operação e tratamento de resíduos sólidos urbanos.		3	
Elaboração de estudos para viabilizar a implantação de barragens e reservatórios de usos múltiplos de água.		4	
Elaboração de estudos sobre a criação de fundos para auxílio em caso de eventos hidrológicos extremos e sobre a efetividade do Sistema Estadual de Defesa Civil.		5	

**Tabela 4-26 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz
Prestação e manutenção dos serviços**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-4
2. Prestação e manutenção dos serviços	Prestação e manutenção dos serviços	Aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico.	1
		Adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas.	2
		Fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.	2
		Melhorias na gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a destinação adequada e a inclusão de catadores na prestação de serviços.	2
		Melhoria da qualidade das águas pluviais escoadas, fortalecendo a adoção de soluções adequadas de drenagem.	5
	Regulação e fiscalização	Incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes.	1
		Revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais.	2
		Planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.	3
		Fiscalização de atividades e empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como: empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos, etc.).	4

**Tabela 4-27 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz
Medidas estruturais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-4
3. Medidas estruturais	Abastecimento de água	Ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água.	1
		Controle da qualidade da água tratada e distribuída	2
		Redução da descontinuidade dos serviços/soluções de abastecimento de água.	3
		Controle das perdas de água.	4
	Esgotamento sanitário	Ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local.	1
		Adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.	1
		Políticas públicas específicas para áreas rurais que visem prover recursos e apoio técnico para implantação, operação e manutenção das soluções.	3
		Identificação e fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de esgoto e drenagem e do lançamento de efluentes não domésticos em redes coletoras.	4
	Resíduos sólidos e limpeza urbana	Melhorias no tratamento do esgoto sanitário e aproveitamento de subprodutos.	4
		Adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores.	1
		Encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados.	2
	Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS.	3
		Recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana.	1
		Implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.	2
		Adequação do manejo das águas pluviais em áreas rurais.	3
		Adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco.	3
Fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário.	5		

**Tabela 4-28 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz
Investimento e sustentabilidade econômica**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-4
4. Investimento e sustentabilidade econômica	Mecanismos econômicos	Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico.	1
		Fomentar a criação de Fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos.	2
		Buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.	3
		Promover a criação de um programa de subsídios com recursos não onerosos.	4
	Procedimentos para sustentabilidade econômica	Criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.	1
		Criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços.	2

**Tabela 4-29 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-4 para a macrodiretriz
Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-4
5. Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	Monitoramento e avaliação sistemática do PESB	Estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG.	1
		Monitoramento e avaliação da implementação do PESB-MG com enfoque nos processos e resultados, abrangendo o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.	2
		Monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.	3

**Tabela 4-30 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz
Coordenação e articulação intersetoriais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-5
1. Coordenação e articulação intersetoriais	Articulação e desenvolvimento institucional	Articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico.	1
		Adoção de soluções de saneamento básico por meio de gestão compartilhada, como consórcios intermunicipais e convênios de cooperação.	2
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e educação.	3
		Integração de instrumentos com interface com o saneamento básico (como Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Plano Diretor, Plano diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) etc.	4
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente.	5
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e saúde.	6
	Comunicação, sensibilização e mobilização social	Mobilização social na esfera local.	1
		Publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações.	2
		Criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios.	3
	Educação em saneamento básico	Elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas.	1
		Capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).	2
		Capacitação de técnicos e demais operadores de serviços.	3
	Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico	Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC).	1
		Retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).	2
		Criação de plataforma integrada de informações sobre os quatro eixos do saneamento básico no estado.	2
	Participação e controle social	Instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.	1
		Participação e controle social em saneamento básico nos municípios.	2
		Transparência sobre a execução das ações do PESB-MG.	3
	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Elaboração de estudos na área de esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento.	1
		Inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços.	2
		Elaboração de estudos para viabilizar a implantação de barragens e reservatórios de usos múltiplos de água.	3
Estímulo ao estudo e desenvolvimento de tecnologias de operação e tratamento de resíduos sólidos urbanos.		3	
Elaboração de estudos sobre a criação de fundos para auxílio em caso de eventos hidrológicos extremos e sobre a efetividade do Sistema Estadual de Defesa Civil.		5	

**Tabela 4-31 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz
Prestação e manutenção dos serviços**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-5
2. Prestação e manutenção dos serviços	Prestação e manutenção dos serviços	Adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas.	1
		Fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.	1
		Aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico.	3
		Melhorias na gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a destinação adequada e a inclusão de catadores na prestação de serviços.	4
		Melhoria da qualidade das águas pluviais escoadas, fortalecendo a adoção de soluções adequadas de drenagem.	5
	Regulação e fiscalização	Planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.	1
		Fiscalização de atividades e empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como: empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos, etc.).	2
		Revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais.	3
		Incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes.	4

**Tabela 4-32 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz
Medidas estruturais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-5
3. Medidas estruturais	Abastecimento de água	Controle da qualidade da água tratada e distribuída.	1
		Controle das perdas de água.	2
		Ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água.	3
		Redução da descontinuidade dos serviços/soluções de abastecimento de água.	4
	Esgotamento sanitário	Ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local.	1
		Políticas públicas específicas para áreas rurais que visem prover recursos e apoio técnico para implantação, operação e manutenção das soluções.	2
		Identificação e fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de esgoto e drenagem e do lançamento de efluentes não domésticos em redes coletoras.	2
		Melhorias no tratamento do esgoto sanitário e aproveitamento de subprodutos.	4
		Adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.	5
	Resíduos sólidos e limpeza urbana	Adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores.	1
		Encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados.	2
		Implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS.	3
	Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana.	1
		Fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário.	2
		Adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco.	3
Implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.		4	
Adequação do manejo das águas pluviais em áreas rurais.		5	

**Tabela 4-33 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz
Investimento e sustentabilidade econômica**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-5
4. Investimento e sustentabilidade econômica	Mecanismos econômicos	Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico.	1
		Fomentar a criação de Fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos.	2
		Buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.	3
		Promover a criação de um programa de subsídios com recursos não onerosos.	4
	Procedimentos para sustentabilidade econômica	Criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços.	1
		Criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.	2

**Tabela 4-34 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-5 para a macrodiretriz
Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-5
5. Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	Monitoramento e avaliação sistemática do PESB	Estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG.	1
		Monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.	2
		Monitoramento e avaliação da implementação do PESB-MG com enfoque nos processos e resultados, abrangendo o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.	3

**Tabela 4-35 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz
Coordenação e articulação intersetoriais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-6
1. Coordenação e articulação intersetoriais	Articulação e desenvolvimento institucional	Articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico.	1
		Integração de instrumentos com interface com o saneamento básico (como Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Plano Diretor, Plano diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) etc.	1
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente.	3
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e educação.	4
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e saúde.	5
		Adoção de soluções de saneamento básico por meio de gestão compartilhada, como consórcios intermunicipais e convênios de cooperação.	6
	Comunicação, sensibilização e mobilização social	Publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações.	1
		Criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios.	1
		Mobilização social na esfera local.	3
	Educação em saneamento básico	Capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).	1
		Capacitação de técnicos e demais operadores de serviços.	1
		Elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas.	3
	Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico	Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC).	1
		Criação de plataforma integrada de informações sobre os quatro eixos do saneamento básico no estado.	2
		Retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).	3
	Participação e controle social	Instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.	1
		Participação e controle social em saneamento básico nos municípios.	2
		Transparência sobre a execução das ações do PESB-MG.	2
	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços.	1
		Elaboração de estudos na área de esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento.	1
Estímulo ao estudo e desenvolvimento de tecnologias de operação e tratamento de resíduos sólidos urbanos.		3	
Elaboração de estudos para viabilizar a implantação de barragens e reservatórios de usos múltiplos de água.		4	
Elaboração de estudos sobre a criação de fundos para auxílio em caso de eventos hidrológicos extremos e sobre a efetividade do Sistema Estadual de Defesa Civil.		5	

**Tabela 4-36 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz
Prestação e manutenção dos serviços**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-6
2. Prestação e manutenção dos serviços	Prestação e manutenção dos serviços	Aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico.	1
		Fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.	2
		Melhorias na gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a destinação adequada e a inclusão de catadores na prestação de serviços.	3
		Adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas.	4
		Melhoria da qualidade das águas pluviais escoadas, fortalecendo a adoção de soluções adequadas de drenagem.	5
	Regulação e fiscalização	Revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais.	1
		Fiscalização de atividades e empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como: empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos, etc.).	2
		Planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.	3
		Incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes.	4

**Tabela 4-37 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz
Medidas estruturais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-6
3. Medidas estruturais	Abastecimento de água	Controle da qualidade da água tratada e distribuída.	1
		Ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água.	2
		Controle das perdas de água.	2
		Redução da descontinuidade dos serviços/soluções de abastecimento de água.	4
	Esgotamento sanitário	Ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local.	1
		Adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.	2
		Políticas públicas específicas para áreas rurais que visem prover recursos e apoio técnico para implantação, operação e manutenção das soluções.	3
		Identificação e fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de esgoto e drenagem e do lançamento de efluentes não domésticos em redes coletoras.	3
		Melhorias no tratamento do esgoto sanitário e aproveitamento de subprodutos.	5
	Resíduos sólidos e limpeza urbana	Encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados.	1
		Adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores.	2
		Implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS.	3
	Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana.	1
		Implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.	2
		Adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco.	3
Fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário.		4	
Adequação do manejo das águas pluviais em áreas rurais.		5	

**Tabela 4-38 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz
Investimento e sustentabilidade econômica**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-6
4. Investimento e sustentabilidade econômica	Mecanismos econômicos	Buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.	1
		Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico.	2
		Fomentar a criação de Fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos.	2
		Promover a criação de um programa de subsídios com recursos não onerosos.	4
	Procedimentos para sustentabilidade econômica	Criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços.	1
		Criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.	2

**Tabela 4-39 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-6 para a macrodiretriz
Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-6
5. Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	Monitoramento e avaliação sistemática do PESB	Estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG.	1
		Monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.	2
		Monitoramento e avaliação da implementação do PESB-MG com enfoque nos processos e resultados, abrangendo o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.	2

**Tabela 4-40 – Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz
Coordenação e articulação intersetoriais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-7
1. Coordenação e articulação intersetoriais	Articulação e desenvolvimento institucional	Articulações entre diferentes instituições nas diferentes esferas de governo para fortalecer a gestão do saneamento básico.	1
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e saúde.	2
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e educação.	3
		Integração de instrumentos com interface com o saneamento básico (como Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Plano Diretor, Plano diretor de Drenagem Urbana, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), Plano Diretor de Recursos Hídricos (PDRH) etc.	4
		Integração de atores, programas e ações que relacionem saneamento e meio ambiente.	5
		Adoção de soluções de saneamento básico por meio de gestão compartilhada, como consórcios intermunicipais e convênios de cooperação.	6
	Comunicação, sensibilização e mobilização social	Publicização do PESB-MG, suas diretrizes, programas e ações.	1
		Criação de canais de comunicação entre as instituições estaduais e municípios.	2
		Mobilização social na esfera local.	3
	Educação em saneamento básico	Capacitação de gestores públicos (estaduais e municipais).	1
		Capacitação de técnicos e demais operadores de serviços.	2
		Elaboração e divulgação de estudos, manuais técnicos e orientações normativas.	3
	Integração, obtenção e atualização das informações em saneamento básico	Retomada e reestruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (SEIS).	1
		Retomada e reestruturação de rede de Desenvolvimento Institucional e Capacitação (REDIC).	2
		Criação de plataforma integrada de informações sobre os quatro eixos do saneamento básico no estado.	2
	Participação e controle social	Instituição, nomeação e exercício de Conselhos de Saneamento Básico.	1
		Participação e controle social em saneamento básico nos municípios.	2
		Transparência sobre a execução das ações do PESB-MG.	3
	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	Elaboração de estudos na área de esgotamento sanitário sobre temas como a capacidade de autodepuração dos cursos d'água e o reaproveitamento de efluentes e subprodutos do tratamento.	1
		Inovação tecnológica para otimização da gestão dos serviços.	2
		Elaboração de estudos para viabilizar a implantação de barragens e reservatórios de usos múltiplos de água.	3
Estímulo ao estudo e desenvolvimento de tecnologias de operação e tratamento de resíduos sólidos urbanos.		4	
Elaboração de estudos sobre a criação de fundos para auxílio em caso de eventos hidrológicos extremos e sobre a efetividade do Sistema Estadual de Defesa Civil.		5	

**Tabela 4-41 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz
Prestação e manutenção dos serviços**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-7
2. Prestação e manutenção dos serviços	Prestação e manutenção dos serviços	Aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços de saneamento básico.	1
		Adoção de soluções e modelos de gestão de saneamento básico peculiares às áreas especiais, como áreas rurais, vilas e favelas.	2
		Fortalecimento do controle de perdas, do controle da qualidade da água e da adoção de soluções sustentáveis.	3
		Melhorias na gestão de resíduos sólidos, fortalecendo a destinação adequada e a inclusão de catadores na prestação de serviços.	4
		Melhoria da qualidade das águas pluviais escoadas, fortalecendo a adoção de soluções adequadas de drenagem.	5
	Regulação e fiscalização	Planejamento das ações de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.	1
		Fiscalização de atividades e empreendimentos que exijam maior demanda dos serviços de saneamento (como: empreendimentos com alto potencial poluidor, grande demanda hídrica, implantação de novos loteamentos, etc.).	2
		Revisão de contratos de concessão, com priorização da prestação concomitante de serviços de água e esgoto em áreas urbanas e rurais.	3
		Incentivo aos municípios se conveniarem a agências reguladoras já existentes.	4

**Tabela 4-42 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz
Medidas estruturais**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-7
3. Medidas estruturais	Abastecimento de água	Controle da qualidade da água tratada e distribuída.	1
		Ampliação do atendimento adequado por formas de abastecimento de água.	2
		Controle das perdas de água.	3
		Redução da descontinuidade dos serviços/soluções de abastecimento de água.	4
	Esgotamento sanitário	Ampliação do atendimento adequado por soluções e serviços de esgotamento sanitário de acordo com a realidade local.	1
		Políticas públicas específicas para áreas rurais que visem prover recursos e apoio técnico para implantação, operação e manutenção das soluções.	2
		Adequação de sistemas e soluções de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais.	3
		Identificação e fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de esgoto e drenagem e do lançamento de efluentes não domésticos em redes coletoras.	4
		Melhorias no tratamento do esgoto sanitário e aproveitamento de subprodutos.	5
	Resíduos sólidos e limpeza urbana	Adesão à coleta seletiva e a implantação de Unidades de Triagem e Compostagem, Estações de Transbordo, integradas com a participação das organizações de catadores.	1
		Encerramento de lixões e aterros controlados, a recuperação das áreas degradadas e a implantação de aterros sanitários compartilhados.	2
		Implantação da logística reversa obrigatória e melhoria do gerenciamento de RCC e RSS.	3
	Drenagem urbana e manejo das águas pluviais	Recuperação de estruturas de micro e macrodrenagem urbana.	1
		Implantação de técnicas sustentáveis e compensatórias para os sistemas de drenagem urbana.	2
		Adoção de soluções de conservação do solo e proteção de áreas de risco.	3
Fiscalização das ligações cruzadas entre os sistemas de drenagem e de esgotamento sanitário.		4	
Adequação do manejo das águas pluviais em áreas rurais.		5	

**Tabela 4-43 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz
Investimento e sustentabilidade econômica**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-7
4. Investimento e sustentabilidade econômica	Mecanismos econômicos	Promover o direcionamento de recursos para projetos de saneamento básico.	1
		Fomentar a criação de Fundos para investimentos em saneamento básico e desenvolvimento de linhas de créditos.	2
		Buscar a articulação institucional com diferentes fontes potenciais de financiamento.	3
		Promover a criação de um programa de subsídios com recursos não onerosos.	4
	Procedimentos para sustentabilidade econômica	Criação de diretrizes para promover a sustentabilidade financeira dos serviços.	1
		Criação de diretrizes para amparar municípios na definição e implantação de modelos de cobrança pelos serviços.	2

**Tabela 4-44 - Hierarquização das frentes de atuação do TS-7 para a macrodiretriz
Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG**

Macrodiretriz	Programa	Frentes de atuação	Nível de prioridade TS-7
5. Monitoramento e avaliação sistemática do PESB-MG	Monitoramento e avaliação sistemática do PESB	Estruturação e efetivação de grupo de trabalho para acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros do PESB-MG.	1
		Monitoramento contínuo dos indicadores institucionais, operacionais e econômico-financeiros para cada um dos eixos do saneamento.	2
		Monitoramento e avaliação da implementação do PESB-MG com enfoque nos processos e resultados, abrangendo o acompanhamento do alcance das metas estabelecidas.	3

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA MINAS GERAIS. **Mineiros podem apontar prioridades do Plano Estadual de Saneamento Básico.** 2022. Disponível em: <<https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/mineiros-podem-apontar-prioridades-do-plano-estadual-de-saneamento-basico>>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020.** Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei Federal nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o artigo 175 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei Federal nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/32462863>>. Acesso em: 06 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000.** IBGE: Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9662-censo-demografico-2000.html?=&t=downloads> >. Acesso em: 09 jun. 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** IBGE: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 09 jun. 2020

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.024, de 9 de janeiro de 2009.** Altera a Lei Estadual nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO - e o art. 23 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. [2009]. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=9091>. Acesso em: 26 de jul de 2021.

SEMAD. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.** Conferência Estadual debate Plano Estadual de Saneamento Básico com a sociedade. Disponível em: <<http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/5103-conferencia-estadual-debate-plano-estadual-de-saneamento-basico-com-a-sociedade>>. Acesso em 30 de mar. de 2022.

Youtube. Canal do PESB-MG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCT0dHB1vCRzMRo6Qhij7h6w>>. Acesso em 11 de abril de 2022.

Youtube. Disponível em:<<https://studio.youtube.com/>>. Acesso em: 11 de abr. de 2022.

6 APÊNDICE

6.1 Lista de Presença dos participantes da Conferência Estadual Unindo Minas Pelo Saneamento

Nome	Município	Segmento
Adriano Guimarães Parreira	Divinópolis	Ong Geec
Albino Júnior Batista Campos	Ipatinga	Copasa MG
Aldo Diniz	Teófilo Otoni	Copasa Teófilo Otoni
Alex Jardim de Carvalho	Bandeira	Associação Mãe Terra
Alexandre Amador de Souza Soares	Machacalis	Prefeitura Municipal De Machacalis
Alexandre Vieira da Silva	Juatuba	Prefeitura De Juatuba
Alécia Malveira da Silva	Montes Claros	ARSAN-Agência Reguladora De Saneamento Básico Do Norte De Minas
Aline Cassia Fernandes	Três Corações	Secretaria Municipal De Meio Ambiente De Três Corações
Aline Esteves Alves	Curvelo	Prefeitura Municipal De Curvelo
Amanda Fabrícia Leão Mota	Belo Horizonte	
Amanda Oliveira Lima	Belo Horizonte	
Amanda Teixeira de Rezende	Juiz De Fora	Prefeitura De Juiz De Fora - Secretaria De Planejamento Urbano
Amaury Barbosa Quintil	Novo Cruzeiro	Prestador Serviço (Represento A GRANDE EMPRESA COPASA)
Ana Carolina Mello	Itapeçerica	Prefeitura Municipal De Itapeçerica
Ana Cristina Almeida Rigotti	Barbacena	Secretaria De Saúde Pública
Ana Paula Carvalho Lima	Pingo D'água	Prefeitura Municipal
Ananias Bandeira De Oliveira	Berizal	Prefeitura Municipal De Berizal
André De Lima Rufino	Pará De Minas	ARSAP
André Luís Bettoni	Guaranésia	Prefeitura Municipal De Guaranésia
Andre Luiz Portugal	Passos	
Anluizi Cejara Carvalho Da Costa	Cataguases	Sim, Prefeitura Municipal De Cataguases .
Ari Dias De Oliveira Junior	Maripá De Minas	Prefeitura.
Aurea Jaciane Araujo	Belo Horizonte	SEPLAG/MG
Aureliomarks Matos De Oliveira	Jacinto	Consortio Cimbaje - Jacinto MG
Bernardo Costa Mundim	Monte Carmelo	Dmae Monte Carmelo
Blendo Henrique Da Silva	Betim	Prefeitura Municipal De Betim
Bruno Antonio De Lourdes	Sacramento	Simples Ambiental Engenharia E Sustentabilidade LTDA
Bruno Balarini	Teófilo Otoni	Consórcio Público - Cigres Machacalis
Caio De Souza Constâncio Pereira	Caxambu	Prefeitura Municipal - Secretaria De Meio Ambiente - Diretoria De Saneamento Ambiental
Camila Andrade Camara	Belo Horizonte	Gabinete Da Deputada Laura Serrano
Camilla Batista De Oliveira	Muzambinho	Prefeitura Municipal De Muzambinho
Carla De Castro Coura E Silva	Marliéria	Prefeitura Municipal De Marliéria
Carlos Eduardo Silva	Ponte Nova	SES/MG - CBH Piranga
Carlos Ferraz	Moeda	Prefeitura Municipal De Moeda
Caroline Antunes Rodrigues	Teófilo Otoni	Associação De Municípios - AMUC
Celso Antonio De Souza	Januária	
Cíntia Da Conceição Moura Diniz	Sete Lagoas	
Claudia Adelia Silva	Pará De Minas	Millenium Engenharia
Cláudio Jorge Cançado	Belo Horizonte	FJP
Clélia Soares De Assis	Coronel Xavier Chaves	Prefeitura Municipal Coronel Xavier Chaves
Cordelia Alves Rios	Araxá	ONG IAA - Instituto Ambiental Araxás

Nome	Município	Segmento
Cristiane Maria Das Dores Freitas	Itaguara	Prefeitura / Autarquia Saae
Cristiani Alves Costa	Diamantina	Não
Cristina Silva Cunha	Uberlândia	
Dágila Gleice Dos Anjos	Coluna	Prefeitura Municipal De Coluna-MG - Depto. Mun. De Agricultura E Meio Ambiente
Daniela Maria Teixeira	São Sebastião Do Oeste	Secretária Municipal De Meio Ambiente - Prefeitura Municipal De São Sebastião Do Oeste MG
Danielle Baere De Oliveira	Matozinhos	Prefeitura Municipal De Matozinhos - Diretoria De Meio Ambiente
Danielle De Paula Almeida Duarte	Barbacena	Prestador
Danilo Santos Cardoso	Campo Florido	Prefeitura Municipal De Campo Florido.
Deneb Oliveira Bejar	Belo Horizonte	Condapav
Diega Rosa Alves	Mamonas	Prefeitura Municipal De Mamonas
Diego Alexandre Dressler	Arinos	Prefeitura Municipal De Arinos
Diego Cavalcante Mota	Monte Carmelo	Consórcio Intermunicipal Rides
Dinilton Pereira Da Costa	Montes Claros	Agencia Reguladora De Saneamento Básico Do Norte De Minas - ARSAN
Djeanne Campos Leao	Belo Horizonte	Daaes/Semad
Éder Lucimar Venâncio	Lagoa Santa	Estudante Do Curso De Ciências Socioambiental Da UFMG
Edicéia Nunes Brito	Bom Despacho	
Edison Luis Castro Martins	Paracatu	ADESNOR – Agência Territorial Para O Desenvolvimento Sustentável Do Noroeste De Minas Gerais.
Edson De Oliveira	Boa Esperança	Agência Reguladora - Arismig
Edson Vieira Sampaio	Três Marias	Comitê Da Bacia Hidrográfica Do Entorno Da Represa De Três Marias – CBH SF4, Conselheiro Titular - Segmento Usuário, Da Companhia De Desenvolvimento Dos Vales Do São Francisco E Do Parnaíba - Codevasf
Eduardo De Araujo Rodrigues	Juiz De Fora	Instituto Mineiro De Gestão Das Águas - IGAM
Eliana Aparecida De Alvarenga	Cana Verde	Prefeitura Municipal De Cana Verde
Eliana Lopes Cardoso	Grão Mogol	
Eliane De Moura Gomes	Maripá De Minas	Departamento De Meio Ambiente
Elias Haddad Filho	Confins	
Eliéser De Lima Silva	Carmo Do Rio Claro	Sociedade Civil Ong
Elisangela Martins De Oliveira	Belo Horizonte	Copasa MG
Elisiane Rodrigues Dos Santos	Barbacena	
Ellen Beatriz Silva Ramos	Pirapora	Saae - Pirapora
Elton Santos Lima Barrios	Nepomuceno	Prestador
Emílio Sousa Valenzi	Boa Esperança	Agencia Reguladora CISAB SUL
Eruin Martusceli	Itanhandu	Consórcio AMAG / CIMAG
Evandro Marinho Siqueira	Arcos	Empresa
Fabiana Cristina Lima Barbosa	Belo Horizonte	Não
Fabiano Cesar Tosetti Leal	Juiz De Fora	
Fernanda Ávila	João Monlevade	Fernanda Ávila Consultoria Ambiental Ltda
Fernanda Nágila De Carvalho	Barbacena	
Fernando Wagner França Magalhães	Belo Horizonte	Seapa - MG
Flavia Mourão Parreira Amaral	Belo Horizonte	ABES-MG - Associação Brasileira De Engenharia Sanitária E Ambiental / Seção Minas Gerais
Flávio Barreiros da Silva	Santa Rita Do Sapucaí	
Flavio Lucas Greco Santos	Igaratinga	Institucional
Gabriela Carvalho Guimares Carneiro	Belo Horizonte	Seplag, MG

Nome	Município	Segmento
Gabrielle Alves	Martinho Campos	
Genilson Tadeu Silva	Mutum	Comitê De Bacia Hidrográfica Do Rio Manhuaçu
Geraldo Magela Silvério	Belo Horizonte	Copasa MG
Géssica Pereira Santana	Taiobeiras	Prefeitura Municipal De Taiobeiras - Divisão De Agricultura E Meio Ambiente
Gilmar Gonçalves De Oliveira	Governador Valadares	Emater MG
Gilvana Alves Santiago De Souza	Boa Esperança	Cisab Sul/ Arissmig
Gislene Custódio	Belo Horizonte	Sede-MG
Gustavo Andreu	São José Do Goiabal	Departamento De Meio Ambiente De São José Do Goiabal
Heraldo Luiz Do Amaral	Divinópolis	Prefeitura Municipal De Divinópolis/Secretaria Municipal De Operações E Serviços Urbanos
Herlon Cardoso Silva	Ipatinga	Copasa
Heverton Ferreira Rocha	Governador Valadares	Agevap - Filial Governador Valadares/Mg
Humberto De Souza Abreu	Timóteo	Prefeitura Municipal De Timóteo-Corregedoria Geral
Iana Rísia Alves Dos Santos	Espinosa	Prefeitura Municipal De Espinosa
Iara Maria Soares Costa Da Silveira	Montes Claros	Unimontes/Sociedade Civil
Iolanda De Sena Gonçalves	Viçosa	Agencia Reguladora
Isabela Ribeiro De Sousa Baião	Raul Soares	Prefeitura Municipal De Raul Soares
Isabella Magalhães Valadares	Arinos	Prefeitura Municipal De Arinos MG
Ivonete Antunes Ferreira	Paracatu	AMNOR - Associação Dos Municípios Do Noroeste De Minas
Izabel Beatriz Rodrigues De Moura	Montes Claros	
Izabel Cristina Chiodi De Freitas	Contagem	Prefeitura Municipal De Contagem
Izabela Andrade Lorenzo Corcera	Belo Horizonte	Copasa MG
Jacqueline Chaves Grijó	Conceição Do Mato Dentro	Prefeitura Municipal De Conceição Do Mato Dentro
Janaina Mendonca Pereira	Teófilo Otoni	Cbh Mucuri
Janoclelia De Jesus Jardim		
Jarmerson Ferreira De Macedo	Brasilândia De Minas	Sec. De Agricultura E Meio Ambiente.
Jeane Sabrina Maia	Belo Horizonte	Igam
Jéssica Cristina Barbosa Ferreira	Capelinha	Poder Público - Prefeitura Municipal De Capelinha/MG
Joab Borges Da Silva		Copasa
Joanne Maryá Messias Jardim	Teófilo Otoni	Prefeitura Municipal De Teófilo Otoni
João Bosco Senra	Belo Horizonte	Copasa MG
João Paulo Corrêa Ferreira	Capitão Enéas	
João Paulo Louzada Vieira	Itapeçerica	Não
Jose Anicio De Almeida	Viçosa	Prefeitura Municipal De Paula Cândido
Jose Augusto Neves Dos Reis	Santana Do Paraíso	Vice Prefeito
José Mariano Fragoso	Ipatinga	Copasa
Josias Gomes Ribeiro Filho		CREA-MG
Juares Antônio Rubbo	Açucena	
Juliana De Oliveira Batista	Nanuque	
Juliano Vilela Oliveira	Coqueiral	Prefeitura Municipal De Coqueiral
Júlio César De Carvalho E Almeida	Varginha	Instituto Mineiro De Agropecuária
Júlio César Teixeira	Juiz De Fora	Associação Nacional Dos Serviços Municipais De Saneamento - ASSEMAE
Kamila Soares Dos Santos	Itambacuri	Prefeitura De Itambacuri
Karina Rocha Lobo	Itabira	Saae Itabira
Karolayny De Oliveira Martins	Governador Valadares	
Kassio Henrique Gama Souza	Monte Carmelo	Consórcio Intermunicipal Região Integrada De Desenvolvimento Sustentável - RIDES

Nome	Município	Segmento
Kleberson Santiago Batista	Divinópolis	
Lara Emileide Feliciano Rezende	Itajubá	
Larissa Alves Silveira	São Sebastião Do Paraíso	Consórcio Intermunicipal Para O Desenvolvimento Sustentável Da Região De São Sebastião Do Paraíso - CIDASSP
Layane Almeida Ramos	Pedra Azul	Prefeitura Municipal De Pedra Azul
Lázaro Augusto Dos Reis	Carmo Do Rio Claro	Mestrado Profissional Em Desenvolvimento Regional E Meio Ambiente - UEMG
Leandro Vaz Pereira	Corinto	Consortio Regional De Saneamento Basico Central De Minas/Coresab
Leonardo Lopes Becho	BARBACENA	Associação Comunitária Do Galego
Leonora Pio Fassy	Belo Horizonte	Emater-Mg (Departamento Técnico)
Letícia Nunes Medeiros	Córrego Do Bom Jesus	
Liliam Dos Reis Souza	Formiga	Prefeitura
Lindendorf Gréggio Neto	ALFREDO VASCONCELOS	Governo De Minas Gerais
Lorena Martins Grassi Sedlmaier	Belo Horizonte	ARISB-MG. Agência Reguladora Intermunicipal De Saneamento Básico.
Lourailton Pereira	Ipatinga	Prestadores De Serviço (COPASA-MG)
Lourenço Brazil De Jesus	MAR DE ESPANHA	Coordenadoria Municipal De Proteção E Defesa Civil De Mar De Espanha
Lúcia Martins Teixeira	Governador Valadares	Ifmg Gv
Luciana De Oliveira Souza	Santana Dos Montes	Prefeitura Municipal
Luciane Linces Dos Santos	Pará De Minas	Arsae - Mg
Lucimara Camilo Andrade	Carbonita	Arcelormittal Bioflorestas
Luís Ricardo De Souza Corrêa	Teófilo Otoni	Sociedade Civil (ONG)- Movimento Pró Rio Todos Os Santos E Mucuri
Luiz Guilherme Morais Ramos	Pequi	Prefeitura Municipal
Luma Soares Costa	Montes Claros	Agência Municipal De Água, Saneamento Básico E Energia De Montes Claros
Luzia Do Couto Gamito	Conceição De Ipanema	
Magda Stella De Melo Martins	Uberaba	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Triângulo Mineiro
Magno Gomes Dos Santos	Almenara	Copasa MG
Marcelo Ávila	Belo Horizonte	Semad
Marcelo De Jesus Soares	Ibiaí	Prefeitura Municipal De Ibiai MG
Marcio Heitor Stelmo Da Silva	BARBACENA	Ses MG - Srs Barbacena
Marco Túlio Da Silva Faria	Florestal	Prefeitura Municipal De Florestal
Marcos Antonio Moraes	Itajubá	Squadra Engenharia
Marcos Rogério Martins	Ibiaí	Prefeitura De Ibiaí MG
Maria Consuelita Oliveira	Belo Horizonte	GT Saneamento Do CREA-MG
Maria Cristina Canuto Da Fonseca	Belo Horizonte	
Maria Raquel Lima	SANTA RITA DE IBITIPOCA	Emater MG
Maria Sther Moreira	Belo Horizonte	Bom Na Bola, Bom Na Vida;COMAM BH
Mariana Mattos	Juiz De Fora	Associação De Municípios/ Ampar
Mariana Ribeiro De Paula	Pará De Minas	Arsap
Mariana Soares Domingues	Carangola	Uemg Carangola
Mariane Cristine Cassiano	Itajubá	Squadra Engenharia E Reforma LTDA
Marina Amaral Ferreira	Rio Manso	Secretaria Municipal De Meio Ambiente De Rio Manso
Marina Gomes Vieira	Belo Horizonte	Copasa MG
Mario Cerqueira De Carvalho	Belo Horizonte	ANEST NACIONAL Em MG FMCA No MPT MG GT Engenharia Do Trabalho No TRT 15 Campinas SP GT INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO

Nome	Município	Segmento
		NA PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO No CREA-MG 31-992610808 Zap Cerqueira1966@Gmail.Com
Marta Luiza Dias	Belo Horizonte	Fiocruz MG
Marxiley Lima Azevedo	Nova Era	Prefeitura Municipal De Nova Era
Maurilio Barbosa Da Silva	Sabará	Mbarbosa Engenharia
Mauro César Cardoso Cruz	Divinópolis	Professor Da UEMG, Mas Não A Represento Oficialmente
Mauro Manzali Bonaccorsi	Belo Horizonte	Semad
Mayra Aparecida Baumgratz De Aguiar	Santa Rita De Ibitipoca	Prefeitura Municipal De Santa Rita De Ibitipoca
Michelle Costa Laguardia	Belo Horizonte	Seplag
Miriana Araújo De Souza Ribeiro	Madre De Deus De Minas	Prefeitura De Madre De Deus De Minas
Misael Dieimes De Oliveira		Arsae-MG
Murielle Cristine Costa Melo	Patos De Minas	Associação - AMAPAR E Consórcio - CISPAP
Murilo Pizato Marques	Viçosa	Agência Reguladora Aris-Zm
Natália Gomes De Morais	Santa Maria De Itabira	Município De Santa Maria De Itabira - Secretaria Municipal De Agricultura E Meio Ambiente - Gerência De Desenvolvimento Urbano
Nathália Carvalho Neto Freitas	Governador Valadares	
Nayara Gabrielli De Freitas Borges	Santa Bárbara	Prefeitura Municipal De Santa Barbara
Nelson Cunha Guimaraes	Belo Horizonte	
Omar José Vale Do Amaral	Belo Horizonte	Feam
Oscar Von Bentzeen Rodrigues Neto	BambuÍ	Prefeitura Municipal De Bambuí
Oséias Silva Primavera	Belo Horizonte	Companhia De Saneamento De Minas Gerais - Copasa Mg
Pâmela Anselmo De Queiroz	Limeira Do Oeste	Prefeitura Municipal De Limeira Do Oeste - MG
Patrícia Fonseca	Belo Horizonte	
Patrícia Mendes Silva Carvalho	BambuÍ	Secretaria Municipal De Meio Ambiente Bambuí
Patrick Cláudio Nascimento Valim	Pirapora	Prestador. SAAE De Pirapora.
Paula Rafaela Silva Fonseca	Belo Horizonte	UFMG E FUNASA
Paulo De Castro Vieira	Ouro Preto	Sociedade Civil (Universidade UFOP)
Paulo Henrique Dias Campos	Carandaí	Cbh - Grande
Paulo Henrique Silva	Candeias	Cidrus
Paulo José De Oliveira	Formiga	Associação Ambientalista E Espeleológica Pró Pouso Alegre (APPA)
Paulo José Luciano De Almeida	Estrela Do Sul	
Pedro Bicalho Maia	Montes Claros	Associação Dos Engenheiros Ambientais Do Norte De Minas
Pedro Henrique Rodrigues Pereira	Franciscópolis	Sim. Prefeitura De Franciscópolis
Plinio De Campos Souza	Ribeirão Das Neves	Gti-Pesb
R Ramina		
Rafaela Macedo Soares	Guaxupé	Prefeitura De Guaxupé
Raiane Assis Couto	Senhora Dos Remédios	Prefeitura De Senhora Dos Remédios - Minas Gerais
Ramiro Horst De Aguiar	Alto Caparaó	prefeitura municipal de alto caparaó
Rayane Silva De Oliveira Bruno	Rio Acima	Secretaria de Meio Ambiente de Rio Acima
Regina Mara Carvalho Ferreira Cantizane	Piedade De Caratinga	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Renata Cristina Custódio Ferreira	Conceição Do Mato Dentro	Associação de Municípios da Microrregião do Médio Espinhaço
Renata Rocha Amaral	Guanhães	Prefeitura Municipal de Guanhães
Ressiliane Ribeiro Prata Alonso	Belo Horizonte	SEMAD
Roberta Cristina Ferreira	Varginha	Prefeitura de Varginha

Nome	Município	Segmento
Roberta Cristine Mendes Queiroz	Taiobeiras	Agência Reguladora de Saneamento Básico do Alto Rio Pardo - ARSARP
Rodrigo Paiva	Belo Horizonte	Paiva Piovesan
Rogério Matos De Araujo	Belo Horizonte	
Romildo Rosa	Ibirité	PM Ibirité/MG - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos_SEMAS
Ronevon Huebra Da Silva	Caratinga	COPASA
Rony Henrique Leite	Cabo Verde	Prefeitura de Cabo Verde
Rosane Alves Goncalves	Limeira Do Oeste	Delegada - Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste
Rosângela De Faria E Coelho	Caratinga	Prestador de serviços/copasa/delegado
Sandra Alves Pereira	Santana Do Paraíso	Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso
Saulo Carvalho Nunes	Nova Serrana	Prefeitura de Nova Serrana - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade.
Saulo Soares Neiva	Alvarenga	Prefeitura de Alvarenga
Sona Maria Ferreira Belo	Senhora Dos Remédios	Secretaria municipal de Agricultura e Meio ambiente
Sophia Catisani Lara Rocha	Belo Horizonte	servidora
Tania Cristina Souza	Belo Horizonte	SEMAD
Tânia Maria Duarte Vieira Martins	Raul Soares	Empresa de consultoria
Tatiana Vilela Carvalho	Três Corações	Prefeitura de tres corações
Tatiane Raposo Miranda	Andradas	Consórcio Público para Gestão Integrada
Thaís Rodrigues Pinheiro	Francisco Badaró	Prefeitura Municipal de Francisco Badaró
Thales Lúcio Andrade Castro	Timóteo	Poder Público
Thalles Víctor Lopes De Souza	Ponto Dos Volantes	Prefeitura Municipal de Ponto dos Volantes
Ueuler Barbosa De Oliveira	São José Do Divino	Prefeitura Municipal de São de José do Divino/MG
Vagner Almeida Ramos	Ipatinga	Prestadora de serviço (COPASA MG)
Valdeir Cordeiro De Oliveira	Jequitinhonha	Cimbaja
Vanessa Da Silva Gonçalves Fabrete	Mutum	SEE-MG
Vilson José De Amorim	Diamantina	COPASA
Vinicius Eduardo De Correia Carvalho	Belo Horizonte	Semad
Vitor Carvalho Queiroz	Belo Horizonte	Crea-Mg
Vitória Santos	Pirapora	Saae Pirapora
Vivian Moreno Castillo	São Roque De Minas	Prefeitura De São Roque De Minas
Viviane Fonseca Da Silva	Nova Ponte	Não
Wagner Bonifácio Xavier	Belo Horizonte	Sindical
Wander Gonçalves Ribeiro	Pouso Alegre	Sindsul
Wanderci Dos Reis Gomes	Conselheiro Lafaiete	Sindagua Mg
Wenceslau Alvares Francisco De Moura	Betim	Ampea E Ace Betim
Zélia Moreira Dos Santos	Rio Acima	Prefeitura Municipal



cobrape

 **MINAS
GERAIS**

GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE